



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO ACADÊMICA - CIAC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MAYKON DOUGLAS SOUSA GOUVEIA

**A RELAÇÃO ALGODÃO - MODERNIDADE NA MUNICIPALIDADE DE
TAPEROÁ-PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**CAMPINA GRANDE
2022**

MAYKON DOUGLAS SOUSA GOUVEIA

**A RELAÇÃO ALGODÃO - MODERNIDADE NA MUNICIPALIDADE DE
TAPEROÁ-PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em história.

Área de concentração: Cidade: Memória e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro

Coorientador : Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G719r Gouveia, Maykon Douglas Sousa.
A relação algodão - modernidade na municipalidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX. [manuscrito] / Maykon Douglas Sousa Gouveia. - 2022.
81 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro , Departamento de História - CEDUC."
"Coorientação: Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto , UFCG - Universidade Federal de Campina Grande"

1. Algodão. 2. Moderno. 3. Taperoá-PB. 4. Cultura algodoeira . I. Título

21. ed. CDD 633.51

MAYKON DOUGLAS SOUSA GOUVEIA

A RELAÇÃO ALGODÃO - MODERNIDADE, NA MUNICIPALIDADE DE TAPERÓA
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de licenciatura
em história.

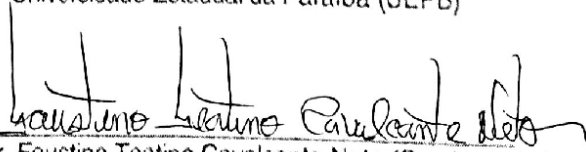
Área de concentração: Cidade: Memória e
Patrimônio.

Aprovada em: 09/08/2022.

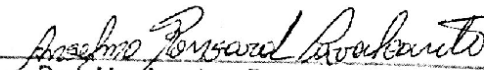
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Hilmaria Xavier Ribeiro (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (Coorientador)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Me. Anselmo Ronsard Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este singelo trabalho ao povo taperoaense e paraibano ao qual possa deleitar-se em plena leitura, o qual busco expor uma outra ótica sob a história local da municipalidade de Taperoá-Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Inicio aqui os agradecimentos, pela figura divina criadora que me concede todos os dias a dádiva da vida, a qual posso aproveitar suas vinte e quatro horas em conformidade com os seus mandamentos.

Aos meus pais Valdomiro Deodato Gouveia, homem de inestimável honra que apesar do pouco tempo que estive com ele neste mundo terreno, muito aprendi com seus valores, pois o ser humano que hoje sou, é fruto de seu empenho em educar o seu filho. E também a minha mãe Maria Lúcia Barbosa de Sousa Gouveia a qual foi o meu exemplo de família e teve desde muito cedo enfrentar as dificuldades de uma mãe viúva. Sem dúvidas a educação vem de berço e sou eternamente grato pelas vivências que me proporcionaram, eu os amo!

A minha esposa Marília Nóbrega de Farias, por sempre estar ao meu lado nos momentos de felicidades e turbulências, como também, por suportar meus picos de ansiedade, nervosismo e estresse decorrentes ao longo destes seis anos de educação superior. Você é uma guerreira e minha inspiração para seguir em frente.

Aos meus familiares em especial a minha avó paterna Rita de Oliveira Gouveia, a qual tenho profundo amor e que no momento da partida de meu pai, tornou-se essa figura a preencher o vazio deixado por ele.

À professora e orientadora Hilmaria Xavier Ribeiro, pela paciência e perseverança que teve em me auxiliar na elaboração deste trabalho de conclusão de curso que não é somente fruto meu, mas também de ti pelo empenho e tempo que dedicaste junto a mim, para a fundamentação deste trabalho. Nunca falei mas admiro muito a mulher virtuosa que és.

Ao professor e co-orientador Faustino Teatino Cavalcante Neto, sem a sua ajuda acho que parava na primeira adversidade e sem sombra de dúvidas a sua disponibilidade em ajudar-me em meio às dificuldades da pesquisa e as dicas de leitura foram essenciais para a apresentação do trabalho aqui contido.

A Dona Dulce Lélis e sua filha Eunice Lélis que receberam-me em sua casa e privilegiaram-me com conversas sobre Taperoá, como também, o conhecimento e acesso de algumas referências bibliográficas das quais muito me foi útil.

Ao sr. Balduino Lélis, das quais tenho saudosa memória, grande sujeito que está marcado eternamente na história taperoaense. Nossas conversas em meio aos livros e fósseis líticos foram um primor de conhecimento, as mesmas tiveram influência significativa no pensamento sobre a temática aqui tratada.

Aos professores do curso de graduação em História desta casa que ensinaram-me o valor da história e a relevância de uma sociedade que sabe sobre o seu passado e busca a partir dele lutar por um presente melhor.

A prefeitura de Taperoá pelo transporte disponibilizado durante esta longa jornada de seis anos que resultam em uma simplória atividade, como também, as cidades circunvizinhas e seus respectivos motoristas por todas as vezes que por necessidade peguei carona em outros automóveis para me deslocar a Campina Grande, sou grato por que mesmo em meio às dificuldades jamais me negaram uma vaga.

Aos colegas de classe pelo apoio nesta árdua caminhada, éramos muitos no início e terminamos em uma sala reduzida, mas cada um com seu objetivo em mente buscando alcançar a vitória.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo refletir uma possível relação complementar entre a ascensão da economia algodoeira nas primeiras décadas do século XX e os processos de modernização efetuados na recém municipalidade de Taperoá durante o governo de Hermann Cavalcanti (1925-1927). Sem deixar de lado a zona rural do município, será analisada a questão agrária desde os tempos mais longínquos por meio das concessões de sesmarias aos suplicantes e seus respingos na construção do campesinato taperoaense nos séculos posteriores. De grande relevância também dá-se a investigação acerca do desenvolvimento da cultura algodoeira nos grandes latifúndios e seus paralelos na relação social entre o senhor das terras e o campesinato. Em meio às transformações do moderno analisa-se os impactos no campo e na urbe e de qual maneira estas afetam diretamente o modo de vida da população, sendo estas novidades experienciadas e (re)construídas em olhares distintos pelas classes envolvidas.

Palavras-Chave: Algodão. Moderno. Taperoá-PB.

ABSTRACT

The present dissertation aims to reflect about a possible complementary relation between the rise of the cotton based economy in the first decades of the 20th century and the process of modernization implemented in Taperoá during the Hermann Cavalcante administration (1925 - 1927). Without leaving aside the rural area, it is intended an analysis of the land related matters since the concession of the sesmarias to the suplicants and its influence in the social organization of Taperoá in the subsequent centuries. It is also highlighted the development of the cotton cultivation on the large lands and its paralel in the relation between the landlord and his workers. This work also examines the transformations brought by modernity and their impacts in the rural and urban areas, thus changing the life of the population and being experienced in distinct ways by the involved social classes.

Keywords: Cotton. Modern. Taperoá-PB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Construção da ponte de cimento armado	69
Figura 2 - Capa do Jornal a União relatando edificação da ponte e luz elétrica em Taperoá-PB	71
Figura 3 - Teste de solidez da ponte de cimento armado	73
Figura 4 - Antigo chafariz localizado próximo a ponte de cimento armado	75

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Concessões de sesmarias correspondentes a atual municipalidade de Taperoá-PB.....	32
Quadro 2 - Levantamento do número de escravizados por sexo, seus Proprietários e Fazendas de Criatório à áreas do atual município de Taperoá (1840 a 1888)....	42-44
Quadro 3 - Renda Orçamentária do Estado da Paraíba (1918-1924).....	50
Quadro 4 - Administração das propriedades rurais em Taperoá-PB.....	52
Quadro 5 - Extensão territorial das propriedades rurais de Taperoá-PB.....	52
Quadro 6 - Valor das propriedades rurais segundo os bens relacionados.....	53
Quadro 7 - Produção agrícola nas propriedades rurais de Taperoá-PB.....	53-54
Quadro 8 - Área total e cultivada nas propriedades rurais de Taperoá-PB com seus respectivos produtos.....	54
Quadro 9 - Balancete do município de Taperoá-PB (1925).....	60-61
Quadro 10 - Maquinários e instrumentos agrícolas presentes nas propriedades rurais de Taperoá-PB.....	62
Quadro 11 - Produção em toneladas dos produtos agrícolas cultivados em propriedades rurais de Taperoá-PB.....	63
Quadro 12 - Força motriz das máquinas em detrimento do algodão nas propriedades rurais de Taperoá-PB.....	64
Quadro 13 - Tipos de máquina de beneficiar algodão nas propriedades rurais de Taperoá-PB.....	64-65
Quadro 14 - Receitas estaduais no triênio (1924-2926) referentes à municipalidade de Taperoá-PB.....	76

SUMÁRIO

1	Introdução	p.11
2	O município de Taperoá na historiografia paraibana.....	p.17
2.1	Os primeiros estudos.....	p.17
2.2	Os estudos recentes.....	p.22
3	O rural e suas relações sociais no município de Taperoá-PB.....	p.27
3.1	A questão agrária no município de Taperoá: da colonização até a década de 1920	p.27
3.2	A formação do campesinato do município de Taperoá: do século XIX até a década de 1920.....	p.37
3.3	A grande propriedade, a economia algodoeira e suas relações de produção no município de Taperoá-PB	p.45
4	a modernização no campo e na cidade a serviço do desenvolvimento econômico da classe dominante do município de Taperoá-PB.....	p.57
4.1	O latifúndio e a sua modernização: açudes, estradas, descaroçadores de algodão.....	p.57
4.2	A cidade e a sua modernização: ponte, chafariz, luz elétrica e açude.....	p.66
5	Conclusão	p.79
6	Referências	p.80

1. INTRODUÇÃO

No que consiste a história? Seria a simples atividade de buscar as narrativas do passado? Por muito tempo os historiadores tiveram essa visão metódica da prática historiográfica como proporcionadora de revelar os mistérios já decorridos, contudo aquelas construções eram classicistas e excludentes engrandecendo as narrativas oficiais e seus vultos, ao mesmo tempo que não contemplava significativa parcela da sociedade. Além disso, essa forma de conceber a história negligenciava os confrontos com a contemporaneidade, ou seja, os fatos reconstruídos serviam para ilustrar o passado, não havendo correlação com discussões que acontecem no tempo presente.

Tudo isso e mais o interesse por novos objetos, até então desprezados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea caminhasse para necessitar cada vez mais de outras fontes que não só crônicas e registros arquivísticos. Assim, se os Arquivos são fundamentais para o trabalho dos historiadores, eles estão longe de ser suficientes para fornecer tudo o que os historiadores necessitam para o seu trabalho. (BARROS, 2012, p.131)

Nesse sentido, nesta produção volta-se o olhar para a pacata vila de Taperoá, que está localizada no interior do Cariri paraibano, onde a mesma experimentou um grande salto econômico através do cultivo do algodão durante a primeira metade do século XX. Esse produto, que já era produzido desde os tempos mais remotos de nossa colonização, em seu início não teve grande destaque sendo visto exclusivamente um produto agrícola das lavouras dos menos afortunados. Com o desenrolar dos séculos XVIII a XX o produto foi recebendo maior destaque, devido a sua serventia na produção de vestimentas. Todavia o que o tornou tão relevante nas primeiras décadas do século XX (em destaque a década de vinte)?

Para compreendermos esse processo devemos expandir a contextualização a nível nacional na medida em que tínhamos um Brasil notoriamente rural, sua cultura econômica voltava-se para a exportação de gêneros primários (extração de matérias primas) e importação de gêneros secundários (produtos industrializados). Contudo com o advento da primeira guerra mundial (1914-1919) e os resultados perceptíveis no pós-guerra com as potências europeias “derretidas” economicamente, apresentou-se uma nova repaginação comercial onde países subdesenvolvidos nesse curto espaço temporal concentrou suas práticas em fabricar esses produtos

industrializados, pois a produção europeia estava estagnada, como também, alavancou o comércio de matérias primas brutas, no caso referenciado o algodão descaroçado e fibrado.

Cada estado no Nordeste procurou, a seu modo, aproveitar as “brechas” concedidas no mercado externo, como também colocar no mercado interno seus produtos autóctones. A Paraíba, que tinha o açúcar como principal produto de sua economia, ressentiu-se profundamente com a crise da economia açucareira, mas o algodão vem dar nova vitalidade à economia do estado. A pecuária e o algodão, principalmente, assumem participação relevante na economia do estado. (PEREIRA, 2016, p. 324)

À ascensão econômica ligada à cultura algodoeira na pequena vila foi paralelamente vivenciada com outra característica do século XX, a modernidade¹ o que relata o historiador Cavalcante Neto. O pensamento moderno como não bastasse ser uma grande influência europeia (francesa) adentrou-se em solo brasileiro por meio dos intelectuais que deslumbrados com a Belle Époque² e a virada do século (do dezenove para o vinte) vieram a grande onda da 2ª revolução industrial, a evolução das máquinas e a globalização como aspectos de um novo tempo de “ordem e progresso” que efetivou na mentalidade destes a necessidade de implantar as mudanças europeias na recente república brasileira. São grandes exemplos desse pensamento do moderno as reformas propostas pelo engenheiro e governador do estado do Rio de Janeiro (capital a época do país) Pereira Passos, marcadas pelo estigma do movimento conhecido como “Bota-abaixo”, o governo mandou destruir casarões antigos de aspecto colonial em busca de alargar as ruas e construir avenidas dando a “cara” do moderno à cidade.

Esse pensamento moderno não era situado somente na região sudeste do país, no nordeste essa visão de novo tempo percorria as bocas dos intelectuais da universidade de Direito do Pernambuco, que com a forte interferência sulista e europeia dialogavam em prol dessas mudanças que proporcionariam uma nova sociedade progressista digna dos novos tempos e do moderno, tendo esse

¹ A modernidade é um conceito amplo no qual um determinado grupo social vivencia uma mudança provocada pela inserção do novo, que causará otimismo, rancor, tristeza, alegria, entre outros a depender da relação que é exercida com o símbolo do moderno.

² A Belle Époque foi um momento histórico decorrido entre os anos de 1890 e 1914, que apesar de acontecer especialmente na Europa, teve respingos em todo o planeta. Esse momento é marcado por uma visão de ascensão do desenvolvimento humano e artístico com referências ao pensamento positivista.

imaginário efeito contundente em ações de alguns políticos locais como Felix Daltro e Hermann Cavalcanti, que buscaram implantar o moderno na vila de Taperoá.

Assim o presente trabalho tem por objetivo refletir qual foi a relação entre o algodão e a moderno na pequena vila de Taperoá, verificando se houve uma troca de forças entre ambas na medida em que operacionalizam suas práticas e de qual forma ambas impactam o cotidiano rural e urbano e as classes sociais envolvidas nesse contexto.

Definidos os alicerces da seguinte pesquisa é necessário flexionarmos esse objetivo principal em micro interrogações que se definem por: como decorreu-se a formação dessas terras agrícolas? Como se ocorre o vínculo latifundiário e camponês? De qual maneira a modernidade foi percebida por essas duas classes sociais? Estas indagações permitem-nos adentrar em um contexto ampliado acerca de como a ascensão da malvacea algodoeira durante a primeira metade do século XX é imbuída em relações de poder marcadas pela cicatriz da serventia abusiva.

A lavoura algodoeira tinha o caráter de renda adicional para os moradores, porém a mesma guardava consigo toda a hierarquia do trabalho do campo, pela qual o pequeno agricultor deveria colocar sua força de trabalho à disposição de qualquer um que estendesse a oportunidade de cultivo na terra, ficando então à mercê dos proprietários das fazendas de algodão. Os proprietários forneciam a terra, o que realmente era a primeira e às vezes única oportunidade de acesso à terra por parte dos agricultores. (LIRA NETO, 2019 p. 129)

Por outro lado, o moderno não buscou impactar somente a cultura algodoeira em uma zona geográfica da ruralidade, também essa manifestará na urbe, pela qual precisamos inquirir: Quando, como e por que teve início o pensamento moderno na política da antiga Batalhão³? O que eram essas ações do moderno e o que visavam? Existe uma relação entre os projetos modernos e a economia algodoeira? Em que proporção o moderno alterou o cotidiano dos cidadãos taperoaenses? A modernidade perpassa as duas áreas, seja a rural ou a urbana e o objetivo aqui posto é tentar identificar em quais pontos os conceitos edificantes desta obra convergem e divergem entre si, na medida em que esses têm consequência na forma de viver dos residentes da vila. Aspirar a produzir um trabalho de cunho científico sobre a Paraíba, designando a tônica da modernidade e não ter como

³ Primeira nomenclatura utilizada para referir-se à atual municipalidade de Taperoá-PB.

referência Gervácio Batista Aranha seria um erro, pois o referido historiador é indispensável para aprofundar-se em questionamentos pertinentes ao moderno na Paraíba na região do Cariri paraibano, tendo como ideias orientadoras em suas produções e necessárias para essa produção historiográfica: o discurso sobre as linhas férreas e a interiorização do trem na Paraíba; a cultura algodoeira na cidade de Campina Grande e as mudanças no imaginário da população resultantes do signo do moderno. Estas observações elucidadas por Aranha expõe como, em diferentes localidades, estava desenrolando-se a necessidade de estabelecer o moderno tendo repercussões nessa nova visão de cidade para os residentes que no cotidiano sentiam-se imersos nas mudanças aplicadas pela modernidade.

Houve uma relação comunicativa com os registros oficiais e religiosos para a consulta de dados estatísticos, que apresentam o desenvolvimento do município no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, analisando como as informações registradas pelos censos agropastoris e pelos censos demográficos brasileiros, expunham uma clara ascensão taperoaense, principalmente nas primeiras décadas do século XX, com a produção do algodão. As averiguações registradas pela Inspetoria de Obra Contra as Secas (IOCS), posteriormente renomeada para Inspetoria Federal de Obra Contra as Secas (IFOCS), nos exhibe a situação agrícola e pastoril na região, como também, anuncia as obras realizadas na municipalidade para combater as severas secas que periodicamente assolam a região do Cariri paraibano causando inúmeras perdas. Sendo assim, ambas as pesquisas levantam-nos uma série de conhecimentos a respeito de como era tratado a *questão agrária*⁴ e as soluções para a falta de chuvas, conseqüentemente, essas medidas adotadas para beneficiar a agricultura e pecuária serão percebidas como os traços do moderno.

Os registros de nascimento, crisma, casamento e óbito, até o ano de 1889, eram realizados exclusivamente pela Igreja Católica, porém, após a instauração da República brasileira e a Constituição de 1891, esses dados passaram a ser de controle e registro do Estado. Desta maneira, a nossa pesquisa ocorreu nos arquivos das duas esferas, seja religiosa ou governamental, investigando os seres

⁴O conceito de questão agrária diz respeito às formas como as pessoas vão se apropriando da terra enquanto meio de produção, ao desenvolvimento das relações de produção advindas da concentração da propriedade da terra e, por conseqüência, às lutas de classes travadas entre os explorados e os que conseguiram o domínio e o controle da terra. (SODRÉ, 1962; GUIMARÃES, 1964).

ali mencionados, procurando entender a composição familiar dessas pessoas e suas relações sociais, trazendo à tona o vínculo de trabalho entre os latifundiários locais e seus trabalhadores marcado pela *semifeudalidade*⁵.

Outra fonte histórica utilizada durante a formação desta monografia foram as mensagens dos presidentes da Paraíba à Assembleia Legislativa (uma espécie de carta redigida à Assembleia, onde registravam-se as obras públicas, os gastos realizados e alguns dados estatísticos do ano referente). Esses relatos eram feitos anualmente e contava em mínimos detalhes as realizações anuais feitas pelo presidente nas diversas municipalidades paraibanas. Nesses relatos mencionam-se algumas obras realizadas, principalmente no século XX no município de Taperoá que enfatizam a expansão econômica, o combate contra a seca, o contato intermunicipal entre outros aspectos, que são visualizados em âmbito social como aplicações do moderno, devendo esse novo ser analisado pelas óticas dos distintos personagens que os vivenciou.

Dito isto, expresse a relevância de expor outra ótica acerca da história taperoaense, onde se percebe a necessidade de investigar a correlação existente entre a ascensão econômica da vila através do cultivo do algodão e a concepção do novo expresse por meio das obras modernizantes edificadas nas primeiras décadas do século XX. Para além de pensar esse possível diálogo entre algodão e moderno, debruçar-me-ei sobre as sub-tramas concentradas nestes dois pilares, já que a cultura algodoeira remete-se ao campo, havendo, por obrigação, ponderar a respeito de como se decorreu a formação dos grandes latifúndios locais; quais famílias compuseram a elite agrária de Taperoá e por quais motivos; como era esse elo entre camponês e latifundiário no cotidiano do trabalho agrícola e qual foi o impacto do moderno para essas classes sociais. Por outro lado, expectar o moderno é em certa medida pensar o urbano, tendo em vista os efeitos provocados no modo de se pensar a cidade urbanisticamente; como a elite política (que por "coincidência do destino" eram as grandes famílias agrárias) discursava em prol do novo e como as obras da modernidade tiveram efeito na forma de ver a urbe, no cotidiano dos cidadãos e na economia algodoeira em plena ascensão.

⁵A semifeudalidade é identificada no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, sendo refletida nas relações de trabalho, político-ideológicas e socioculturais. São expressas na semi servidão dentro das fazendas, com altas jornadas e precarização da condição humana, em que o pagamento não supre as necessidades humanas básicas.

Ao que concerne o referencial teórico-metodológico da obra, debruço-me sobre a analisar estas relações socioeconômicas por meio do materialismo histórico dialético nas figuras de Karl Marx, como também, sob a ótica Edward Palmer Thompson, o qual expressa a sua concepção marxista em uma Inglaterra durante a revolução industrial em sua obra *A formação da classe operária Inglesa*. Ambos intelectuais são de fundamental importância em minha pesquisa, pois é pela ótica marxista que vislumbro compreender como se deu a relação algodão modernidade em Taperoá-PB, como também, identificar que a mesma relação é oriunda de outros embates como exemplo as noções de detentores dos meios de produção, no caso a terra pelos latifundiários e aqueles que vendiam sua força de trabalho em prol de uma remuneração, o campesinato. Esta convivência apresenta-se como cerne para compreender o algodão em Taperoá e como a cultura algodoeira, antes de tudo é fruto de uma exploração ao campesino que vê no ouro branco a riqueza de seu patrão.

Existe uma fresta no que diz respeito a trabalhos históricos sobre a cultura algodoeira em Taperoá, mesmo que não sendo novidade para nenhum residente a importância desse produto no passado da cidade, pouco se é mencionado sobre a sua possível influência para o desenvolvimento econômico e social da pequena vila. É fruto desse pensamento a presente pesquisa historiográfica que vê na possibilidade um especial desejo de contribuir com a produção da história local taperoaense, visando um trabalho de formiguinha na medida em que produções futuras agreguem e componham um grande acervo historiográfico que reúna diferentes narrativas, cada qual com sua linha histórica adotada e distintos pontos de vista, que se interligam pela necessidade de reescrever a história do município buscando a publicidade e a acessibilidade para um maior conhecimento por parte da população sobre a história de Taperoá.

2. O MUNICÍPIO DE TAPEROÁ NA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA

O objetivo deste capítulo tem por iniciativa analisarmos como o município de Taperoá-PB é objetificado na historiografia paraibana, procurando perceber com os primeiros e os mais recentes historiadores apresentaram seus olhares sobre este território, principalmente, no que diz respeito ao nosso objeto de investigação, qual seja, a produção de algodão e a busca pelo moderno naquele município nos anos de 1920.

2.1 Os primeiros estudos

A escrita da história é uma ação realizada por profissionais da área de Ciências Humanas onde destaca-se a figura profissional do historiador o qual por meio das fontes históricas (escritas, orais, visuais ou de cultura material) buscam re-escrever a história a partir de representações do passado, o qual empenha-se em preencher alguns vácuos ou adicionar outros olhares a temáticas específicas. Janotti (2005) expressa a relação entre historiador e fontes ao mencionar que “Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento de fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso” (JANOTTI, 2005, p.10).

Mencionamos aqui a esse profissional, em especial aqueles que se dedicam a voltar o olhar para a história dos municípios, requerendo uma grande paciência na busca ativa pelas fontes e no trato com elas, pois devido a falta de atenção no armazenamento e na classificação, amontoam-se papéis em lugares inapropriados resultando no comprometimento dessas páginas que se tornam ilegíveis, esfarelado consigo os relatos ali contidos.

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. (BACELLAR, 2005, p. 49).

Nesse sentido a historiografia paraibana vivencia um processo exemplar de se voltar o olhar para o local, identificando a necessidade de narrar os relatos que existem nessa territorialidade. Não obstante, é o presente trabalho que busca contribuir com a histórica local da municipalidade de Taperoá-PB, enfocando os

processos socioeconômicos ocorridos nas primeiras décadas do século XX, essa relação com a ascensão do algodão e os frutos dessa interação identificados pela modernidade e seus impactos na sociedade taperoaense.

Mas, porque essa atenção em especial à cultura algodoeira de Taperoá? Desde o início da graduação identifico a necessidade de falar sobre este município. É muito comum vê-lo sendo reconhecido regionalmente como “a cidade de Ariano Suassuna” ou “a cidade onde aconteceram os eventos da célebre obra O auto da compadecida”. Todavia, o que percebe-se, residindo na mesma, é que os conceitos de história e cultura ficam apenas no plano do discurso, ausentando-se de uma publicidade dos relatos históricos provenientes sobre o município, afinal poucos são aqueles que conhecem a narrativa deste território e menos ainda os que tem como missão propagar a sua história.

Nesse aspecto, o olhar atencioso ao algodão advém das conversas informais que tive o prazer de escutar com alguns idosos da município que sempre mencionam o quanto trabalhavam no roçado de seus pais em sua infância, realizando o cultivo de produtos agrícolas de consumo como o feijão, o jerimum (abóbora) e o milho, como também produtos comerciais como o algodão. Nessas conversas era nítido, ao se tratar do algodão, se destacar como ele, em determinado momento, foi importante para o município e que em todas as localidades rurais havia o seu plantio (cabendo aqui destacar a sua presença na bandeira oficial do município onde há uma ramo do mesmo no lado direito), evidenciando o valor dado ao produto agrícola.

A economia algodoeira teve na Paraíba grande destaque na primeira metade do século XX. Neste período, no país, muitas vezes esta cultura era apenas suplantada pela cultura cafeeira, a qual as instâncias governamentais brasileiras conferiam maior prioridade. O algodão por muito tempo foi o “ouro branco” da Paraíba, e esse “ouro” atingiu muitos municípios deste estado. (LIRA NETO, p. 24, 2019).

Ao falarmos de algodão temos que ter em mente que o mesmo não nasce por si só, é necessário todo um processo agrícola desde a terra mais adequada, o clima tropical, o manejo e escolha da semente e o principal as relações entre o camponês, a terra e o latifundiário. Desta maneira, falar no tocante sobre a cultura algodoeira é versar sobre algo que está entranhado na formação histórica do município, sendo fator condicionante nas relações sociais inerentes no campo, visto que, o algodão que escoou para a Campina Grande, durante as décadas de 1920-1930, foi plantado nas grandes fazendas rurais do município controladas pelas oligarquias locais e

resultado do suor de camponeses que recebiam trocados e enriqueciam estas propriedades privadas.

O ofício historiográfico na elaboração temática foi iniciado pelo íntimo contato com as primeiras obras historiográficas sobre a Paraíba que datam algumas narrativas que evocam as terras que compreendem à atual Taperoá, sendo indispensável pensar a construção deste município a partir da zona rural, em especial das primeiras *bandeiras*⁶ e *sesmarias*⁷ aqui efetuadas. Afinal conectando os discursos oficiais e obras de cunho historiográfico, a exemplo de *Notas sobre a Parahyba* (1892) de Irineo Joffily e *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba* (1910) de João de Lyra Tavares, é perceptível como a interiorização do estado paraibano pela bandeira liderada pelos Oliveira Ledo foi truculenta e sanguinária, situando reflexões de como o contato entre originários e bandeirantes demarca um sentimento de superioridade e necessidade de domínio territorial, o que foi característica resultante na concentração de terras por ramos familiares nos séculos posteriores às bandeiras. Joffily (1977) caracteriza esse controle territorial das famílias povoadoras das sesmarias ao dizer: “Ainda hoje nas questões de terras no sertão da Parahyba, ouve-se sempre o povo empregar a expressão - datas dos Oliveiras - como a mais robusta prova do direito territorial”. (JOFFILY, 1977, p. 122). O sistema de sesmaria norteava como era realizada a distribuição de terras e para qual serventia aquela localidade teria fim, tendo as obras de Irineo Joffily inestimável valor em seu diálogo unilateral com as fontes oficiais e sua exposição das características formativas da Paraíba durante o período colonial.

A obra de João Lyra Tavares foi de leitura obrigatória para a compreensão das divisões territoriais em decorrência das sesmarias e as idas e vindas dessas terras nas mãos de diferentes homens devido às corriqueiras acusações de terras devolutas, (era comum os sesmeiros terem mais de uma sesmaria ocasionando a moradia e povoamento de somente uma delas) resultando na obtenção da sesmaria sem qualquer povoamento e produção agropastoril. Desta forma, as sesmarias concedidas, durante o século XVIII, indicam como as terras correspondentes a

⁶As bandeiras foram expedições organizadas pelos colonizadores e apoiadas pela coroa metropolitana, cujo objetivo era avançar a missão colonizadora ao interior (sertão) brasileiro reconhecendo este território, conquistar as terras povoadas pelos nativos e torná-los escravizados e atentar-se a busca por metais preciosos.

⁷ As sesmarias eram concessões de terras, expedidas pela monarquia lusitana que foram requisitadas por homens buscando áreas para a produção agro-pastoril. Para o governo as sesmarias asseguravam o povoamento de áreas desabitadas e contribuíram para o processo colonizatório.

municipalidade de Taperoá vão sendo povoadas tornando-se em fazendas posicionadas sempre as margens de rios (Travessia, Escuro, Cosme Pinto, Salgado, Riacho Carneiro) justificando a essencialidade da água para a produção agrícola de subsistência e a criação pastoril.

Em *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1977), o também historiador Irineu Ferreira Pinto faz menções sobre a pequena interiorana Batalhão na segunda metade do século XIX, apontando algumas características da mesma naquele recorte temporal tais são as menções: uma fazenda de taipa com curraes e áreas de plantios; representação da fazenda batalhãozinho; exposição do aspecto religioso com a missão de Ibiapina na década de 1860 e a construção do cemitério e da capela (1861) ao centro daquela área e a explicação da nomenclatura Batalhão como referência ao território.

Em *Dicionário Chorographico do Estado da Parahyba* (1914), de Coriolano de Medeiros, se é possível ter acesso a várias informações apresentadas por este historiador por meio das seguintes seções: Localização, Área, Número de prédios (urbanos, suburbanos e rurais), Número de açudes, Funcionários públicos, Aspectos físicos, Assistência social, Clima, Comércio, Curiosidades, Demografia, Delinquência, Distritos, Etnografia, Fauna e flora, Fazendas agrícolas e pastoris, Feiras, Hidrografia, História, Indústria, Instrução, Limites, Necessidades locais, Meio social, Patrimônio municipal, Povoações, Religião, Rendas públicas, Repartições públicas, Sede e Vias de comunicação. Algumas destas seções trazem dados muito importantes sobre o objeto de nossa pesquisa e que serão trabalhados por nós no próximo capítulo de nossa monografia.

Já a obra de *Celso Mariz*⁸, *A evolução econômica da Paraíba* (1939), aborda um dos pilares desta dissertação que são os aspectos econômicos da Paraíba, desde a colonização até a era republicana, ao qual me interessou o final do século XIX e início do XX e como a cultura algodoeira manifestou-se dentro da economia paraibana e quais foram os seus impactos na sociedade, tendo em vista a sua ascensão de figurante a produto primário e os processos turbulentos em meio as secas constantes e os flagelos. Mariz, demonstra em sua obra como o algodão foi

⁸Celso Mariz Marques Mariz (1885-1982) foi jornalista, político e escritor, tendo contribuições valiosas em suas obras sobre o estado da Paraíba referentes ao século passado. O mesmo logo cedo ficou órfão de pai e teve em seu padrinho o advogado Félix Joaquim Dalto Cavalcante, o exemplo de figura paterna, ao qual com este veio a residir em Taperoá. Neste município foi Conselheiro Municipal (o equivalente ao atual vereador).

para o sertanejo uma opção viável de lucro em tempos de crise e como a malvacea tornou-se produto comercial em âmbito internacional rendendo altos lucros para o estado da Paraíba em situações específicas como a Guerra da Secessão⁹ (1861-1865) nos Estados Unidos e durante o final da Primeira Guerra (1914-1918) e a crise europeia provocada pela mesma, essas singularidade que são percebidas na municipalidade de Taperoá, devido a uma relativa produção algodoeira no Cariri e sua relação com os processos modernos aqui edificados.

As figuras de Coriolano de Medeiros e Celso Mariz dialogam na perspectiva de uma municipalidade taperoaense durante a primeira metade do século XX e seus aspectos socioeconômicos, tendo em vista a ascensão do município caririzeiro com o cultivo de algodão e sua rápida exportação na rota comercial Campina Grande - Pernambuco - Europa, destacando os resultados dessa cultura vistos a olho nu na pequenina vila, os ares de modernização que ali já estavam presentes, seja no aumento progressivo das residências, na rede de luz elétrica e na construção da ponte. As mudanças foram significativas e repentinas, Coriolano menciona diversas categorias e os dados registrados na década de 1940, como também faz um recorte histórico e geográfico sobre a cidade.

Entre o status de formidável trabalho e o de caráter duvidoso apontado por alguns (devido a grande ênfase dada à família Villar) está a obra *Taperoá: Crônicas para a sua história*¹⁰, publicada no ano de 2002, cuja autoria é de Dorgival Terceiro Neto, homem bastante conhecido na política regional, tendo sido governador do Estado paraibano durante o regime ditatorial militar (1978-1979). Seu trabalho, mesmo que não siga o rigor científico necessário para um trabalho e pesquisa em História, é basilar para compreender de maneira ampla os diversos pormenores correspondentes à formação da município, iniciando pelas primeiras sesmarias registradas no século XVIII até a cultura algodoeira do século XX. Nesse sentido, o autor dedicou-se em detalhar nomes, datas e fatos que são de suma importância na tarefa de compreender as relações entre o algodão e o moderno na primeira metade do século XX.

Mesmo que nos dias atuais seja amplamente discutido o olhar histórico desses sujeitos e sua mentalidade positivista e apego com as fontes, visto que “a

⁹ A Guerra da Secessão ou Guerra Civil ocorreu nos Estados Unidos da América dentre os anos de 1861-1865), onde os cidadãos do norte entraram em conflitos contra os sulistas devido a extensão da escravidão ao oeste e a necessidade de definir um modelo político a nação.

¹⁰ TERCEIRO NETO, Dorgival. Taperoá: crônica para a sua história. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens...” (BURKE, 1992, p. 12), estas narrativas mesmo que oficiais apresentam-nos dados úteis, como também, sugere refletir para além das informações governamentais e extrair resquícios que estão à margem da fonte. Todavia, em hipótese alguma, devemos excluí-los como referenciais historiográficos, pois foram suas exaustivas horas de pesquisa em documentos oficiais que tiveram como consequência o vislumbre de informações antes não conhecidas do período colonial paraibano. Isto posto, evidenciamos que a leitura desses escritores foi primordial na elaboração do capítulo dois desta obra, onde debruço-me ao dialogar com esses historiadores/memorialistas a pensar Taperoá, desde sua aurora entendendo como ocorreu a colonização dessas terras, as divisões de sesmarias, as primeiras propriedades privadas e o controle sobre os rios, a disputa de terras devolutas e a formação dos primeiros agrupamentos familiares que originam as classes dominantes (latifundiários) e a mão de obra (campesinato).

As leituras iniciais que tenho como referencial historiográfico embasam e solidificam a presente obra, sendo de tamanha importância o diálogo com esses escritores, onde cada um ao seu modo de ver a história apontaram caminhos para se pensar Taperoá em seus diversos aspectos, cabendo a este estudante em processo final de formação dar uma nova pincelada na composição histórica do município onde reside, ao ter um olhar sócio econômico reflexivo sobre de que forma a propriedade privada, a cultura algodoeira e as *relações de produção*¹¹ camponesas influenciam no processo modernizador ocorrido nas primeiras décadas do século XX, e em qual proporção estes adereços impactam o cotidiano das diferentes *classes sociais*¹².

2.2 Os estudos recentes

¹¹ Segundo o socialista Karl Marx, as sociedades desde os tempos mais remotos vivenciam uma relação de produção na qual, uma minoria detém os meios de produção (o que Marx em sua realidade nomenclatura como burguesia) e para aqueles que não dispõem de tais matérias (a maioria), resta somente oferecer a sua força de trabalho que há de ser empregada em tarefas manuais (o intelectual o chama-os de proletariado). Assim a sociedade divide-se entre aqueles que contêm os meios de produção e aqueles que se submetem ao esforço físico em troca de uma remuneração.

¹² Segundo o pensamento Marxista, existem apenas duas classes sociais a Burguesia, ou seja, aqueles que controlam os meios de produção (correspondente a uma minoria elitista) e o proletariado, cujo o qual por não ter os meios de produção resta conceder a sua força de trabalho em troca de uma péssima remuneração, onde o mesmo é explorado abusivamente visando os lucros há obter-se.

Nessa segunda parte, a qual chamarei de estudos recentes, a tarefa historiográfica deu-se por meio da análise e compreensão da maneira pela qual Taperoá é visto e pensado nos trabalhos científicos contemporâneos ou de um passado recente, enfocando quais as atualizações e peculiaridades que esses podem oferecer na edificação do presente trabalho. Logo de início expressei que, assim como o mundo mudou drasticamente com a queda do muro de Berlim e com o fim da União Soviética em 1989, também e como consequência disso ocorreu a consolidação do movimento historiográfico francês da *Escola do Annales* em que alguns membros de sua terceira geração transferiram seus interesses de pesquisa da história socioeconômica para a sociocultural, ou seja, transferiram-se da base econômica para a superestrutura cultural, “do porão ao sótão” (BURKE, 1997, p. 81). Ocorreu, portanto, uma ruptura com antiga forma de se produzir a escrita da história e tendo por consequência uma nova historiografia dita pavimentada na variedade de linhas historiográficas e na multiplicidade das fontes.

Desde já parece evidente que a uma história que se acelerou com a vida contemporânea - com as revoluções tecnológicas, com as mudanças ambientais e com as reconfigurações políticas em mais curtos intervalos de tempo - deve necessariamente corresponder a uma Historiografia que reconfigura a todo instante. O homem contemporâneo é singular em relação ao homem de outras épocas. (BARROS, 2013, p. 09).

Contudo, se faz importante registrar que, com a queda do muro de Berlim, em 1989, estudiosos que indevidamente identificavam o regime soviético com o *socialismo real*¹³, passaram a propor, em substituição aos estudos orientados pelo

¹³ Ver tese de Mészáros (1995), segundo a qual as sociedades situadas no raio soviético em 1989, não foram capazes de superar o metabolismo do capital, permanecendo em vigor o princípio de extração da mais valia. Sobre isto é importante registrar que com a morte de Stalin, em 1953, subiu ao poder Nikita Krushev. Em 25 de fevereiro de 1956, no 20º Congresso do Partido Comunista, Krushev fez o "Discurso Secreto", denunciando os "crimes" de Stalin, passando então a ser o principal mentor da doutrina da "coexistência pacífica" entre a URSS (socialismo) e os Estados Unidos e seus aliados (capitalismo) dentro da chamada Guerra Fria. Esta política internacional (coexistência pacífica), adotada pelos Estados socialistas de influência soviética, afirmava que eles poderiam coexistir pacificamente com os Estados capitalistas. Esta teoria foi contrária ao princípio marxista que o comunismo e o capitalismo eram antagônicos e nunca poderiam existir em paz. A União Soviética passou então a aplicá-la nas relações entre o mundo ocidental, em particular com os Estados Unidos, os países da OTAN e as nações do Pacto de Varsóvia. Resultado: esta aliança do socialismo soviético com o capitalismo terminou minando o primeiro na década de 1980. Por seu turno, durante os anos 1960 e início dos anos 1970, a República Popular da China, sob a liderança de seu fundador, Mao Tse-tung, alegou que a atitude beligerante deveria ser mantida para os países capitalistas e, por isso, inicialmente rejeitou a "coexistência pacífica" considerando-a como revisionismo da teoria marxista. No entanto, após 1976, a China terminou por adotar uma versão da teoria da "coexistência pacífica" ao estabelecer relações comerciais com países não-socialistas, em particular com os Estados Unidos, comprometendo o seu processo de revolução socialista, cujo fim seria o comunismo.

marxismo, paradigmas de inspiração culturalista e pós-moderno, pondo em xeque a centralidade do debate sobre o trabalho na vida social e, por consequência, a noção de luta de classes, abrindo mão do projeto revolucionário e propondo, em seu lugar, a perspectiva da falaciosa democracia burguesa. (PAIVA; JIMENEZ, 2010, p. 283)¹⁴

Em vista disso, os trabalhos acadêmicos na área das Ciências Humanas e Sociais incorporaram as novas referências historiográficas em que o cultural passou a ser a principal referência. Como resultado deste movimento, identificamos alguns estudos acadêmicos sobre o município de Taperoá realizados após os anos 2000 e que, por isto, consideramos eles como recentes. Sendo exemplos e referência para o desenvolvimento de nossa pesquisa a monografia da historiadora *Josélia Cavalcante*, relacionada à escravidão sobre os africanos (2005); a dissertação de *Érika Catarina*, sobre o grupo de danças negro Cambindas Novas (2015); e as publicações de *Faustino Teatino Cavalcante Neto* (2007) relacionadas ao município e o trabalho de conclusão de curso intitulado *A Cidade de Taperoá e a Higienização Social: O caso da Zona de Meretrício (1936-1939)*, como também a dissertação de mestrado de nome *A Cidade de Taperoá e o processo de higienização social: Liberdade, um bairro marcado pela segregação e marginalização (1940-1980)*, produções historiográficas realizadas pela historiadora *Izabelle Mayara Ramos Oliveira*. Para além da área das Ciências Humanas e Sociais, identificamos outros trabalhos acadêmicos que tratam do território taperoaense, com destaque para os que analisam a bacia hidrográfica do rio Taperoá, o açude municipal “Manoel Marcionilo”, as variações climáticas e a flora e fauna do bioma da caatinga deste município.

As citadas publicações são diferenciadas no recorte temporal e nas temáticas discutidas, contudo todas têm por objetivo comum contribuir com a produção do conhecimento sobre Taperoá (no qual o referido trabalho também busca ser de utilidade pública, para quem se interessar sobre o município).

No tocante a esses procedimentos singulares exponho o esforço historiográfico de Josélia Araújo Cavalcante Queiroz em sua monografia *Escravidão para além do engenho: práticas e vivências em Taperoá-PB (1840-1888)*, cujo olhar voltou-se a pensar na mão de obra escravizada existente das várias fazendas que

¹⁴ Todavia, como um dos desdobramentos da crise do capitalismo de 2008 e das consequentes lutas de classe pelo mundo afora, verifica-se uma retomada dos estudos marxistas sobre a realidade mundial e, especificamente, a respeito da brasileira.

integravam o território que posteriormente (1886) passaram a compor a municipalidade de Batalhão, investigando as relações entre o trabalho exploratório e o lucro, como também os vínculos e dependências entre os latifundiários e os escravizados. Nessa medida, Josélia contribui-me a pensar que dentro da euforia e dos lucros provenientes do algodão é preciso atentar-se aos enredos que ambientam o latifúndio e a produção deste produto para, assim, voltar-se ao moderno e às sensibilidades por ele proporcionadas.

Com relação aos trabalhos na área da Antropologia referentes à temática cultural, é destaque e referência a dissertação de mestrado intitulada “*Sabe bem pisar o chão*”: *dinâmicas territoriais e tradição de conhecimento entre as Cambindas* (2015) por autoria de Érika Catarina de Melo Alves, onde a mesma aborda a formação e as características das Cambindas, grupo de dança com origens africanas que teve grande destaque cultural na municipalidade durante o século XX. Em seu trabalho a autora nos apresenta aspectos pertinentes para se pensar de que forma a formação da vila influencia na construção social daquele povo e as relações de poder existentes.

Não menos importante, é de vital referência, estão os trabalhos do historiador taperoense Faustino Teatino Cavalcante Neto, cuja contribuição a cerca de Taperoá é significativa, dado que, seus trabalhos: *Transformações urbanísticas e representações modernas: a cidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX* (2007); *Sociedade escravista nas fazendas de criatório de Taperoá*; *Taperoá: apontamentos para a sua história e A cidade de Taperoá e alguns signos modernos nas primeiras décadas do século XX*, ramificam-se em diversas nuances sobre o município. Em suas publicações sobre a ascensão econômica de Taperoá, pude compreender, com grande êxito, como se deu os processos de mudança a partir das políticas locais com um novo pensamento de projeto urbanizatório que se eleva a rústica vila a um novo patamar repercutindo-se naquilo que chamaremos de processos de modernização.

A historiadora Izabelle Mayara Ramos Oliveira em suas produções tem por escopo, aprofundar e compreender os efeitos do processo de higienização na municipalidade de Taperoá-PB e, suas consequências para as classes sociais tendo, na zona de meretrício e no bairro da liberdade (hoje conhecido como bairro do alto) a zona de segregação das classes mais humildes em confronto com a área central habitada pela classe dominante, sendo assim, as mesmas são importantes fontes de

cunho histórico para se entender as relações sociais e os ventos do pensamento moderno na organização municipal.

A obra de Dorgival e as demais que são mencionadas abordam questões antes excluídas do conjunto historiográfico (naquilo que me referenciei como os primeiros estudos), pois estas ampliam o leque discursivo, indicando novas fissuras que devem ser contempladas sobre outros olhares. Em resumo, a historiografia tradicional que engrandecia os documentos oficiais e a narrativa dos fatos, iria ser ressignificada por meios de novos aportes temáticos e novas fontes históricas, sucedendo em uma multiplicidade de trabalhos científicos que captam Taperoá por meio de lentes divergentes que se convergem no esforço de (re) construir a sua história.

3. O RURAL E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ

O presente capítulo tem por função apresentar como ocorreu a formação da territorialidade da municipalidade taperoaense, enfatizando a questão das distribuições de terras; a fundação das primeiras fazendas e a mão de obra empregada nestes locais; a relação entre latifundiário e camponês durante o cotidiano do trabalho e a aparição e crescimento da economia algodoeira.

3.1 A *questão agrária* no município de Taperoá: da colonização até a década de 1920

A terra é o bem mais precioso onde os seres vivos habitam e tiram dela o seu alimento, não é à toa que o nosso planeta recebeu esse nome. Segundo a etimologia, a nomenclatura terra é de origem latina e tem variados significados como chão, solo, território etc. Aqui não quero referir-me a este nome em relação ao nosso planeta, mais sim no que diz respeito ao solo/território, pois, afinal, desde os processos de sedentarização da espécie humana (7.000 a.C), surgiu a concepção de propriedade privada da terra, aquele momento o principal meio de produção¹⁵.

Se por um lado a terra é sinônimo de riqueza, está também traz consigo a ideia de superioridade, já que, desde a antiguidade, os seres que detinham terras eram os mais ricos, tendo em vista uma economia pautada na agricultura-pecuária comercial. Assim, não é muito indiferente pensar que estes homens detinham o poder sobre as terras, a economia e a política dessas sociedades. É perceptível que a *questão agrária* no mundo, desde o seu início, é conflituosa, tendo em vista, o monopólio por parte de uma pequena elite que pela hereditariedade transmite sua herança para os seus descendentes administrando não somente aquela porção de chão, mas todos os arredores que direta/indiretamente tem correlação com aquele território e vivenciam a dependência a este grupo familiar controlador.

O público e o privado são temas escorregadios, sempre deixados de lado em ambientes político-administrativos, principalmente no tocante a *questão agrária* que por muito tempo foi negligenciada em decorrência de uma elite política que também

¹⁵ Para Marx, os meios de produção nada mais eram do que as ferramentas ou meios de trabalho utilizados pelo homem no intermédio com a natureza durante o seu ofício ou para a transformação da mesma.

era agrária e via-se ameaçada da perda dos seus bens, e engana-se aquele que pensa que é de tempos atuais esse conflito entre uma classe monopolizadora da terra e os aldeões desprovidos. A autora Stephanie Huo Ming Wu em sua obra, *A reforma agrária no período clássico da Roma antiga (2017)* expressa que na antiga república romana os irmãos Graco (Tibério e Caio) foram pioneiros na luta pela redistribuição igualitária de terras para os mais pobres em oposição à concentração das terras romanas que mesmo em seu apogeu expansionista na conquista de territórios, como Gália e Macedônia, ainda permaneciam nas mãos de uma aristocracia (os patrícios) ou sob o comando de uma elite recém-surgida dos guerreiros, sobrando para os mais pobres o trabalho exaustivo nos campos em troca de remunerações insatisfatórias enquanto visualizavam uma vasta terra improdutiva e inoperante nas mãos de uma aristocracia. Assim, diz Thompson em sua obra *A formação da classe operária inglesa*:

Entretanto a distinção que parecia bastante clara de acordo com as relações de propriedade capitalistas, significava uma ruptura na estrutura tradicional dos costumes e dos direitos dos aldeões: a violência social dos cercamentos consistiu precisamente na imposição total e drástica das definições de propriedade capitalista sobre as vilas. (THOMPSON, 1987, p. 46)

A indagação sobre a terra viria a ser assunto nas diversas sociedades e tempos que se decorreram posteriormente, mas pouco se modificou a sua visão enquanto símbolo de riqueza e superioridade, o que nos leva a refletir com relação à construção da pátria brasileira. Até que ponto a terra foi parte essencial de nossa história? Será que podemos compreender a estrutura social brasileira atual e suas diferenciações sob o olhar agrário e as questões de classe no campo? Na medida em que analisamos a compostura da colonização interiorana do Estado da Paraíba e a organização das terras na municipalidade da atual Taperoá volta-se o escopo sobre qual é a associação entre a terra e seres humanos e em qual ponto essa relação passa a demarcar uma estrutura social ou um contraponto no exame de vista do eu com o outro.

O Brasil colonial demarca as primeiras noções oriundas ao pertencimento da terra, a qual os primeiros colonizadores da época vislumbraram como um valioso *meio de produção*, tendo como representação deste arquétipo conceitual o sistema de Capitânicas Hereditárias. As quinze longas faixas divididas entre doze capitães donatários simbolizavam em primeira instância o controle metropolitano no Brasil e em segundo o monopólio das capitânicas a alguns grupos familiares, cabendo aqui

explicitar que os capitães donatários que receberam as faixas de terra por meio do foral¹⁶, eram homens da elite portuguesa, prestigiados e com afeição do monarca, ou seja, as terras no Brasil foram distribuídas por meio do parentesco.

A distribuição das terras por pessoas capazes de povoá-las, lavrando-as e defendendo-as, tornou-se o pensamento triunfante na corte de Lisboa. Sem base para um repartimento razoável, foram doadas capitanias, tendo por bitola a extensão da costa, nada sendo possível determinar-se sobre os limites no interior, ainda inteiramente desconhecido. Esta deliberação foi a causa primordial da imperfeitíssima divisão do nosso território. (TAVARES, 1910, p. 18).

O sistema de Capitanias advinha com a disposição de deveres e direitos onde se destaca o benefício de conceder sesmarias a qualquer pessoa capaz de povoar e produzir naquela geografia, assim, com a doação destes lotes de terra, o capitão donatário repartia a administração da Capitania com um conhecido em comum fortalecendo os laços de serventia (herdados do sistema feudal) na medida em que a terra começava a ser distribuída, mas não entre todos e sim entre aqueles capazes de produzir lucros para a Coroa, ou seja, pessoas abastardas, restando aos demais a escravidão ou o precário trabalho braçal. Como diz João de Lyra Tavares (1910, p. 21) “Sesmarias chamava-se às terras que os seus donos não aproveitavam para cultura e o Estado distribuía por aqueles que podessem, quizessem ou soubessem cultivá-las” (TAVARES, 1910, p. 21).

Em território paraibano, o processo de interiorização das suas mesorregiões deu-se paulatinamente a partir do século XVII, onde teve destaque um ramo familiar cujas fontes históricas nos detalham os seus feitos e conquistas à medida que avançavam com suas colunas: a primeira chegava aos sertões por meio do Rio São Francisco, chegando a Capitania de Pernambuco e pelos rios Pajeú e Moxotó adentravam a Paraíba (coluna leste-oeste) e a segunda avanço veio posteriormente no sentido leste-oeste percorrendo o rio Paraíba e seus afluentes e enfrentando os “bravios nativos” (JOFFILY, 1892). Trata-se dos Oliveira Ledo, um grupo familiar de origem portuguesa que empreendeu missões bandeirantes na Paraíba durante o século XVII, utilizando-se da violência para derrotar os seus inimigos e adquirir as suas terras emitindo, logo em seguida, cartas onde apresentaram suas vitórias e solicitaram o direito territorial daquelas, ou seja, a medida que a coluna avançava os Oliveira Ledo monopolizavam cada vez mais terras.

¹⁶ O foral era uma documentação portuguesa emitida aos capitães donatários na qual estabelecia os direitos e deveres que deveriam ser exercidos na terra a ele concedida pela monarquia.

Theodosio de Oliveira Ledo deixou imensas propriedades a seus filhos; só nas ribeiras do Parahyba e Piranhas elles chegarão a possuir cerca de cinquenta leguas de terras. Ainda hoje nas questões de terras no sertão da Parahyba, ouve-se sempre o povo empregar a expressão - datas dos Oliveiras - como a mais robusta prova de direito territorial. Forão as sesmarias possuidas por Theodosio e seus filhos, consideradas de maior valor pela prioridade da concessão. (JOFFILY, 1892, p. 122-123).

Foram os Oliveira Ledo que, segundo o que consta na historiografia paraibana Joffily (1892); Cavalcante Neto (2014) e Terceiro Neto (2002) podem ter sido os primeiros colonizadores a pisar o solo taperoaense. Sobre isso, os referidos autores citados indica-nos que, Antonio de Oliveira Ledo, seguindo percurso Leste-Oeste as margens do Rio Parahyba, teria derrotado e aprisionado diversos nativos montando um agrupamento de homens e mulheres que partiram da Serra do Carnoyó (onde hoje se localiza o município de Boqueirão-PB) seguindo o curso de água nomeado como *Travessia*¹⁷ que interligava essa região ao alto sertão. Há indícios de que houve um confronto entre os colonizadores e os nativos da tribo Sucurus residentes nesta região, como cita Joffily ao dizer:

Continuando a sua descoberta, o capitão-mor achou-se na junção do rio Parahyba com o Taperoá, e seguiu pelo valle deste, ao Norte, até que entre o riachão de Timbaúba e o de Santa Clara encontrou as hostes Carirys (provavelmente os Sucurus) embargando-lhe a passagem. Uma carta de data de sesmaria refere-se ao combate ou batalha que ahi teve lugar, dizendo que-os Tapuayas forão derrotados, soffrendo grandes perdas. (JOFFILY, 1892, p. 115).

A localização descrita acima aponta que este confronto entre colonizadores e povos originários se deu em rios que se situam entre os atuais municípios de Gurjão e Boa Vista. Um indício de como esta luta de classe foi se repetindo à medida que os invasores portugueses iam avançando e ocupando as terras às margens dos principais rios dos sertões.

Segundo o historiador Irineu Ferreira Pinto (1977), a primeira nomenclatura adotada pela localidade alvo de nosso estudo, cujo o nome era Batalhão, advém justamente a um destes possíveis conflitos ter ocorrido na área em que demarcam atualmente a sede do município de Taperoá¹⁸. Sendo assim, temos um forte indicio

¹⁷ O nome Travessia era como estava registrado o atual rio Taperoá nos documentos oficiais, tendo em vista que este nome era devido ao fato deste ligar o Cariri ao Alto Sertão.

¹⁸ O topônimo Batalhão tem fundamentação controversa, tendo levado alguns historiadores a se deterem a explicar o seu significado etimológico. A tese de Almeida (1980) é a de que a sua origem deriva de um confronto que ocorrera entre as tropas legalistas e os combatentes da Confederação do Equador quando de sua fuga do Recife a caminho do Ceará, em 1824. Segundo ele, teria ocorrido uma grande batalha em torno de uma lagoa existente naquela área e que viera a ganhar o nome de Batalhão. Refutamos essa hipótese por duas razões: primeiro porque, conforme registros do diário de

de que a campanha militar dos Oliveira Ledo seguiu pelo curso do rio Travessia de onde teriam expulsado os nativos Sucurus das terras às margens desse rio e colocadas na sua posse, expondo a concepção primordial da colonização de tons eurocêntricos que infringiu os verdadeiros donos da terra à morte ou à escravidão, tomando à força aquilo que lhes era seu desde os tempos mais longínquos, de onde seus antepassados retiraram os meios para sobreviverem. Este autor assim se reporta ao batismo do território em análise:

Começou então a povoar o lugar devido a tradição existente de uma lagoa que teve o nome de Batalhão em virtude de em épocas remotíssimas haver acampado em suas margens uma força que demandava as terras dos Carirys em perseguição a índios, ficou assim chamada a nascente povoação. (PINTO, 1977, p. 284).

Acredita-se então que as terras oriundas às margens do rio Travessia e seus afluentes foram percorridas pela coluna dos Oliveira Ledo, porém, nestas terras nenhum deles fez morada continuando a sua interiorização rumo às Espinharas subjugando os originários entre a cruz ou a espada. É somente no início do século XVIII, mas especificamente no ano de 1703, que a localidade voltará a ser mencionada na documentação oficial através de uma data de sesmaria, onde ocorreu um pedido de concessão de terras ao então governador da Capitania da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira de Mendonça, pelos suplicantes Francisco Tavares de Mello, capitão Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa e o ajudante Cosme Pinto que requerem terras para criar seus gados. Em resumo segue o registro da referida data:

Licenciado Francisco Tavares de Mello, Capitão Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa, e ajudante Cosme Pinto, moradores nesta capitania, dizem que não tendo terras para crear seus gados e tendo descoberto sobre a serra da Borburema, da estrada que seguia dos Cariris para as Piranhas para a parte do nascente um riacho **chamado pela língua do gentio - Unebatucú**, cujas terras estão devolutas, **e tão somente descobertas pelo gentio bravo, que antigamente parece, tiveram nella uma aldeia, por alguns vestigios que della se achavão**; e supposto não tinha o dito riacho aguas necessarias queriam elles supplicantes fazerem beneficios para as represar; pelo que pediam treis legoas de terras de comprimento e uma de largo para cada um, começando dos **vestigios da dita aldeia** pelo dito riacho abaixo, ficando-lhe este em meio da largura pedida. (TAVARES, 1910, p. 50). (Grifos nossos).

Frei Caneca, o movimento revolucionário em seu trajeto a caminho do Ceará desviou-se da área daquele sítio, chegando a passar pelo mesmo apenas depois de sua rendição naquela província em 29 de novembro de 1824; segundo porque existe o registro deste sítio como denominado de Batalhão no ano de 1757, no relatório sobre a hidrografia do Cariri encaminhado pelo Capitão-mor do Cariri Clemente Amorim Souza ao Senado da Parahiba: "(...) e tornando ao sitio Rio do Posso, já nomeado pelo rio acima duas léguas está o sitio do Acará e daí três léguas está o sitio do Batalhão e daí uma légua está o sitio da Carnaúba (...)" (SOUSA, 1757, p. 42).

Veja que os grifos denunciam a presença dos povos originários no território em análise. Segundo o que relata Dinoá, ao pesquisar nos livros batismais da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres em São João do Cariry, verifica-se o batismo de duas crianças originárias de nome Catharina e Lorença nas fazendas da Carnaúba e Salgado no ano de 1777 (DINOÁ apud CAVALCANTE NETO, 2014), expondo-nos a presença social dos nativos nas terras concedidas à família Vicente Nogueira.

O complemento final da data nos apresenta o pedido acatado pelo governador que, porém, lhes concedia “seis léguas de comprimento e uma de largura”, área um pouco menor do que o pedido, mas que foi aceito e repartido entre eles. Partindo desta ótica, às margens do rio Unebatucú se iniciou a história da atual municipalidade com os sesmeiros que viriam a habitá-la. Entretanto, engana-se pensar assim, por que, dos quatro homens que requisitaram um pedaço de terra para plantio e criação de gado, somente um deles veio residir nesta sesmaria, o ajudante Cosme Pinto. Chegamos a esta conclusão em razão de que uma sesmaria concedida posteriormente menciona que apenas este ajudante veio a ocupar o espaço e também porque atualmente este território se denomina de Cosme Pinto. Segue um trecho da concessão da sesmaria a João Marques de Souza no ano de 1750, que aponta a morada de Cosme Pinto neste solo, presente na obra de João de Lyra:

(...) existiam terras devolutas junto a serra da Borburema no lugar a que chamavam Riacho Escuro, que fazia barra no Caracó onde a mais de um anno o pae do supplicante metteu bestas e lá estavam sem contradição, e as pretendia por sesmaria, tres leguas de comprido e uma de largo fazendo peão na **Cachoeira chamada Cosme Pinto**, confrontando pelo norte com terras do capitão Antonio Dias Antunes, pelo sul e nascente com terras que foram dos P.P. da Companhia e pelo poente com uma data que pedira **Francisco Tavares de Mello e outros mais, e se lhe concederam seis leguas para partirem em 8 de Janeiro de 1703, cuja data só um delles povoou ficando a demais terra devoluta...** (TAVARES, 1910, p. 288) (Grifos Nossos)

E os demais solicitantes porque não estabeleceram moradias e fixaram-se nesta terra? É provável que Francisco Tavares de Mello, capitão Gonçalo Paes Chaves e Gonçalo Barbosa já fossem donos de outras sesmarias e que nelas já tinham casa, plantação e criatórios o que pode explicar o porquê de somente o ajudante Cosme Pinto, ter decidido por permanecer no território solicitado, restando aos demais seguirem o seu rumo. Devemos ter em mente que era muito comum a

concessão de sesmarias a seres que nem chegavam a habitá-las, mas que tinham em seu nome o direito àquela terra, o que expõe a fragilidade sobre a divisão territorial que se instaurou no Brasil colonial. O historiador Cavalcante Neto (2014) em sua obra apresenta-nos a ordem das concessões de sesmarias que enquadram-se na atual municipalidade de Taperoá-PB:

Quadro 1 - Concessões de sesmarias correspondentes a atual municipalidade de Taperoá-PB

REQUERENTE (S)	DATA	SÍTIO	TAMANHO
Francisco Tavares de Melo, Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa e Cosme Pinto	08/01/1703	Riacho Unebatucú (Cosme Pinto)	06 léguas de comprimento e 01 de largura para cada.
Francisco Affonso Veras	14/06/1709	Riacho do Carneiro	01 légua em quadro.
Vicente Nogueira	24/10/1727	Riacho Salgado	01 légua de comprimento e meia de largura.
Vicente Nogueira	22/04/1731	Riacho Salgado	03 légua de comprimento e 01 de largura.
Vicente Nogueira de Carvalho	10/04/1760	Riacho Salgado	03 légua de comprimento e 01 de largura.
João Alves de Azevedo	20/05/1760	Riacho Salgado	03 légua de comprimento e 01 de largura
João Marques de Souza Riacho	23/08/1760	Utrebetuquão (Riacho Escuro) – Parte sul	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
Antônio Dias Antunes	19/11/1762	Riacho Utrebetuquão (Riacho Escuro) – Parte norte	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
Clemente de Abreu Franca	26/02/1778	Seio do Abrahão	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
José Vicente Rodrigues de Carvalho e Bento da Costa Villar	28/02/1791	Desterro	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
Clemente de Abreu Franca	07/02/1797	Olho D'água Mocó	03 léguas de comprimento.

TAVARES apud CAVALCANTE NETO, 2014.

A prática da concessão de sesmaria por parte dos governadores era um ato político que visava o povoamento e produção agrícola e pastoril nesta terra, como mesmo aponta a citação anterior, onde os suplicantes pediam as terras para nelas criarem seus gados, o que evidencia que o sertanejo e o gado foram fatores

essenciais para o processo de interiorização no estado paraibano, assim como nas demais partes dos sertões do Nordeste.

Aquele território voltaria ser mencionando em uma petição do ano de 1709, pela qual Francisco Affonso Veras (Veriatto) requereu terras ao lado do riacho Carneiro no qual as terras são devolutas e, como a sua terra era pequena, necessitava de uma maior pastagem para criar o seu gado. Contudo, que terra era essa a qual Veras já era senhor? A data nos expõe uma peculiaridade sobre as terras do atual município de Taperoá, que já eram possivelmente habitadas por pessoas que não obtiveram sesmarias, como no caso de Veras que naquela data já havia comprado o dito sítio de nome Carnaúba do senhor Francisco de Albernoz, como está relatado na petição:

Francisco Affonso Veras, morador em Goyanna, possuía um sitio de terras no sertão do Cariry, que houve por compra á Francisco do Albernoz para nelle crear seus gados, como estava creando e defronte do dito sitio para parte do sul corria um riacho chamado Carneiro, no qual riacho havia um poço á que chamão da Serrota; e que hia por tres annos, que naquelle dito poço mandara elle supplicante fazer uns beneficios para ajudar a crear seus gados por ser pouca a largura que tinha no dito sitio, que por compra houve do dito Francisco de Albernoz á que chamão Carnaúba... (JOFFILY, 1893, p. 42-43).

Pouco a pouco o atual território do município de Taperoá passava ser mapeado e repartido entre sesmeiros que, agora detentores daquelas terras situadas às margens dos rios Travessia, Cosme Pinto, Escuro, Carneiro, Salgado, entre outros, seriam em um futuro não tão distante figuras símbolos de riqueza e controladores da política local, tendo no privado e na herança a primazia para a manutenção das terras sob um mesmo grupo familiar transcorrendo de geração em geração. Como diz Lobo (1961) em sua obra, "Os principais núcleos de vida e de desenvolvimento daquelas terras se denominaram Serrota, Bonito, Salgado, Carnaúba e Cosme Pinto. Aqui a origem mais remota do Município de Taperoá." (LOBO, 1961, p. 03).

No entanto, o hino municipal (2004), cuja autoria de Benedito Gomes da Costa Neto (Bena) e a música de Natanael Bezerra Gomes, inicia-se com os seguintes versos: "Às margens do rio Taperoá, sua origem se deu". Mas, a qual rio se refere a letra? Seria ao Unebatucú dos suplicantes? Ao escrever a canção, Bena viria a referir-se à Taperoá enquanto seus primeiros passos como urbe e a relevância de outro rio (Travessia, atual Taperoá) para o povoamento daquele lugarejo. Todavia, o território do município de Taperoá tem suas origens não na sua

atual sede e sim na sua zona rural, cujos primeiros núcleos populacionais foram compostos por famílias que residiam em áreas dispersas, geralmente próximas de um curso fluvial, o que aponta-nos uma classe social que tem por pré-requisito a bem aventurança, os equitares de sua terra, a produção agrícola e a pecuária.

Ao que se refere ainda no tocante às questões de terras no território do atual município de Taperoá, destaca-se o sítio de nome Batalhão, cuja origem remonta às concessões de sesmarias ocorridas no século XVIII. Não sabemos muito quanto a sua origem, mas algumas menções podem ser vistas no requerimento de Mathias Mendes Viana (1762), onde o mesmo cita uma fazenda de nome “Botelhão”, cujo senhorio era Antonio de Albuquerque, como redigita Tavares em sua obra em que a petição diz: “(...) que descobriu terras devolutas de que carece, confrontando pelo nascente com terras das Pombas de José de Lyra , e fazenda dos Poços, pelo poente com a fazenda Botêlhão e Serrote do coronel Antonio d'Albuquerque (...)” (TAVARES, 1910, p. 308).

Segundo o que narra Cavalcante Neto (2014), às informações mais antigas que se tem sobre a fazenda Batalhão é que ela pertencia, na segunda metade do século XVIII, ao senhor Antonio de Albuquerque, sendo este ainda dono de uma fazenda de nome Serrote. Pelo que tudo indica, Antonio de Albuquerque não viveria muitos anos e a fazenda foi herdada pelo seu filho mais velho Antônio de Albuquerque e Melo Júnior, que tinha por ofício a cobrança de impostos para a Coroa. Entretanto, o mesmo endividou-se com a Real Fazenda e teve seus bens confiscados até o pagamento da dívida. Seu irmão e também dono de parte das terras da fazenda Batalhão, André de Albuquerque Melo, também se afundou em dívidas e teve seus bens confiscados. Assim, pois, sem condições de pagá-las, a fazenda Batalhão, herança de seu pai, foi levada a leilão para arremate.

Passaram-se décadas e nem uma alma interessava-se pela fazenda que, já abandonada, teve a parte oeste de sua terra invadida e povoada pelos herdeiros de João Andrade da Silva que ali se instalaram montando roçados e pastagens para a economia agropastoril (CAVALCANTE NETO, 2014). Somente em 1814, surgiu um comprador de nome João Martins Torres Brasil, que ofereceu preço na fazenda Batalhão. Torres Brasil vivia uma união estável com Dona Ana Joaquina de Jesus, cuja a mesma residia em terras no Riacho Escuro, próximas a fazenda Batalhão, o que indica-nos a possibilidade de Torres Brasil já conhecer as terras e a atual situação de ocupação da parte oeste, por isso sendo o único a se afeiçoar pela terra

tendo em seu domínio a parte leste ao qual estava localizada as antigas edificações de Antonio de Albuquerque.

Nas entrelinhas destas fontes históricas deixa-se perceptível que a questão das terras localizadas no que iria ser futuramente a municipalidade de Batalhão detinha-se entre alguns grupos familiares portadores de sesmarias que por meio da hereditariedade protagonizaram o seu monopólio sendo, em certa medida, responsáveis pelo povoamento desta área. Segundo relatos de Terceiro Neto (2002), as famílias Costa Vilar e Farias Castro foram as principais responsáveis por atarem aqueles núcleos rurais dispersos através dos vínculos de parentesco e matrimônio.

O primeiro Costa Vilar que há relatado consta na obra de Tavares (1909), em sesmaria do ano de 1791, é o Capitão Bento da Costa Vilar, junto com José Vicente Rodrigues de Carvalho, que requereram terras ditas devolutas em um sítio de nome Desterro. Segundo Cavalcante Neto (2014), o mesmo é de família portuguesa que veio para a colônia brasileira durante a segunda metade do século XVIII, estabelecendo moradia na província da Parahyba. Ele residia na fazenda Carnaúba, que no passado era moradia do então Veriatto (terra que foi adquirida de Francisco Albernoz). Presume-se que Bento Costa Vilar já se encontrava na fazenda Carnaúba quando requereu as terras do sítio Desterro e, depois de obtida esta concessão, ele, seus familiares e descendentes foram responsáveis pela ocupação de praticamente toda a parte Oeste (onde atualmente fica o território oeste do município de Taperoá-PB) fundando fazendas como Alagoa Queimada, Alagoa do Pinhancó, Cacimba de Cima, Paraíso, Pau-Branco, Santa Maria, Sete Estrelas, Verão, Campo Verde, Bonito, Jardim, Volta, entre outras.

Aos Faria Castro se interliga a narrativa já citada acima do sítio Batalhão, que, estando a parte leste comprada em leilão, no ano de 1814, por João Martins Torres Brasil, e a parte oeste invadida pelos herdeiros de João da Silva Andrade, para onde veio a residir o genro deste de nome Manuel de Farias Castro, segundo o que relata Terceiro Neto (2002) e Cavalcante Neto (2014). Já que os mesmo se casou com Felipe Maria da Silva, herdando a parte Oeste do sítio Batalhão, na qual vieram a habitar, como consta em seu inventário pós-morte que era possuidor de “(...) uma parte de terra no Sítio Batalhão de quantia de trinta hum mil e quinhentos e avaliada em sua avaliação pela quantia de Secenta oito mil e outra parte de terra no Sítio Serra do Pico de quantia de Sento e trinta mil r avaliada pela mesma quantia (...)”. (MEDEIROS, 1989 APUD CAVALCANTE NETO, 2014, p. 87) (Grifos nossos). Sendo

de fundamental importância a família Farias Castro na povoação da localidade, visto que o casal gerou um total de 17 filhos o que para Terceiro Neto (2002) e Cavalcante Neto (2014), compuseram a base inicial do povoamento da urbe.

Durante o século seguinte XIX, os registros encontrados em arquivos cartoriais revela-nos a continuidade das terras por meio da hereditariedade, tendo em vista que o seu monopólio ainda permanecia sob o domínio dos grupos familiares oriundos dos primeiros sesmeiros, como o exemplo das terras do Riacho Salgado, cuja sesmaria de Vicente Nogueira, do ano de 1727, ainda, supostamente, em meados do ano 1850, pertencia a um de seus descendentes de nome Cosme Nogueira residindo nas terras herdadas (CAVALCANTE NETO, 2014), o que salienta uma problemática no tocante a distribuição de terras férteis, já que passado um século as terras ainda concentram-se sob os grandes núcleos familiares oriundos dos primeiros sesmeiros da região, o que também remete a noção de terra, poder e superioridade, afinal serão os mesmos grandes proprietários rurais do XIX que aportaram como exímios servidores da vila que há de surgir no ano de 1886, emergindo como expoentes da política local e figuras de renome entre a última década do XIX e as primeiras do XX.

3.2 A formação do campesinato do município de Taperoá: do século XIX até a década de 1920.

O ser humano vivencia o presente em um eterno looping temporal que está demarcado compulsivamente pelos hábitos rotineiros, todavia a noção de tempo hoje fortemente vinculada a ideia do trabalho nem sempre teve essa aproximação, já que foi, por volta da primeira metade do século XVIII, em meio aos inventos tecnológicos da revolução industrial inglesa¹⁹, que o relógio e a velocidade passaram a ser marcas da produção e comercialização do insurgente mercado capitalista.

O trabalho sempre foi a base de qualquer civilização desde os primórdios, porém sua forma organizacional varia no espaço-tempo, tendo em praticamente todo este, a luta entre as classes distintas que detinham condições opostas (conceito ao

¹⁹ A revolução industrial foi um processo histórico iniciado na Inglaterra no início do século XVIII que modificou as formas de produção e trabalho, na medida que, a mecanização passou a ser presente por meio das fábricas, alterando os antigos modelos de trabalho (artesanato e manufatura) para uma produção rápida e lucrativa, tendo isso causado também efeitos negativos como, a grande exploração no trabalho e a maior divisão social entre burgueses e proletários.

qual Karl Marx e Friedrich Engels, explicitam em suas obras como a luta de classes), esteve sempre no cerne das questões sociais e seria pauta intrínseca com o advento do sistema capitalista. Thompson, acerca do conflito entre os pequenos camponeses ingleses contrários à política impositiva dos cercamentos, relata que:

Na verdade, os cercamentos representaram o ponto culminante de um longo processo secular em que as relações consuetudinárias dos homens com os meios de produção agrícolas foram corroídas. As consequências sociais foram profundas porque o processo tornou-se visível, tanto em relação ao passado quanto ao futuro, a destruição dos elementos tradicionais na sociedade camponesa inglesa. (THOMPSON, 1987, p. 46)

O embate citado é defendido por teóricos como Karl Marx e Edward Palmer Thompson, que designam-o como o motor da história, esse perpassa diferentes espaços-tempos estando presente no interior dos latifúndios de Taperoá-PB, no qual o meio de produção (terra) era utilizado pela classe trabalhadora em prol de uma pífia remuneração, ao mesmo tempo que havia um notável lucro de seus patrões sob o esforço abusivo do homem rural. Neste sub-capítulo daremos enfoque a área sertaneja da Paraíba em especial o espaço correspondente a municipalidade de Taperoá-PB e o surgimento da classe camponesa (liberta e escravizada) no meio rural. Para refletirmos sobre a composição desta classe que emerge nas primeiras fazendas da zona taperoaense, precisamos compreender previamente o processo colonizatório da região sertaneja e quais foram os personagens contribuintes.

Muito se foi dialogado por meio de obras de cunho científico sobre o processo colonizatório da Paraíba durante todas as etapas da história brasileira (colônia, império e república), todavia é importante perceber que as visões a cerca da territorialidade sertaneja e sua constituição enquanto sociedade revelam-se acidentalmente bricoladas por inúmeras narrativas, principalmente ao versar sobre a mão de obra atuante, já que historiadores renomados dispõem de argumentos conflitantes sobre a presença efetiva dos negros nas fazendas sertanejas. Sobre, isso Galliza, (1979) p. 80) indica que: “De um modo geral, os historiadores que analisaram a economia sertaneja desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância na organização social do trabalho nessa região”.

Dito isto, é de suma importância ressaltar que a então municipalidade de Taperoá-PB pertenceu aos limites territoriais de São João do Cariry até 1886, quando a mesma emancipou-se tornando vila. Deste modo, ao abordarmos a composição do campesinato local teremos por fontes do século XIX, os dados

referente a São João do Cariry que por eles nos indicam vestígios sobre a mão de obra de Batalhão/Taperoá.

Sobre a formação do campesinato na zona sertaneja da Paraíba, dispomos de uma verdade inegável: a influência da cultura pecuarista no seio deste povo. Segundo que relata Galliza (1979) em sua obra, os criatórios surgiram como atividade auxiliar nos engenhos de cana de açúcar do litoral servindo o gado como tração para a moenda, transporte de produtos e pessoas e alimentação. Contudo, a utilização de solos férteis para a pastagem deste produto e sua ameaça aos plantios, foram causas de reação por parte do governo lusitano que proibiu a criação deste como complemento ao engenho e os recuou a 10 léguas de distância do litoral. Pressupondo disso, os criadores passaram a ocupar terras no interior da capitania, sendo responsáveis pela disseminação desta economia, também havendo a contribuição das bandeiras dos Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velhos que instalaram fazendas criatórias às margens dos cursos d'água.

Com o povoamento deste território interiorano, foi portanto se estabelecendo também uma cultura econômica que tinha por base a pecuária, a produção agrícola de produto comercial (geralmente o algodão, por não necessitar de grande mão de obra e despesa) e a lavoura de subsistência, como indica Galiza ao dizer:

Além da plantação fácil e acessível às diferentes camadas sociais, juntou-se à cultura de subsistência, ou seja: fava, milho, feijão e mandioca. Esse hibridismo nos roçados algodoeiros, fez com que os homens livres se sentissem estimulados a trabalhar neles, devido a alimentação certa e variada que lá encontravam. (GALIZA, 1979, p.46)

A partir da visão historiográfica de Galliza (1979), Guimarães (1989), Queiroz (2005) e Cavalcante(2013) no tocante a mão de obra local, definimos como ponto de largada compreender que o campesinato oriundo do século XIX, nas então fazendas agro pastoris do Cariri paraibano, era constituído pela figura de dois elementos fulcrais: o homem livre e o escravizado. Entenda que ao tratar do conceito de homem livre, normalmente, está a se falar de um ser que, provavelmente havia de ter um laço social e fidedigno com seu senhor, recebendo uma remuneração (que na maioria dos casos consistia em uma pequeníssima parte proveniente do lucro de seu patrão, podendo ser produtos alimentícios ou animais) por seus serviços prestados naquela propriedade. Indaguemos por que a incubência do homem livre naquela região.

Segundo o que nos apresenta Galiza (1979), aos comparar os estilos

produtivos ocorrentes nas regiões sertanejas, agrestinas e litorâneas, percebemos que no litoral havia grande uso de mão de obra escravizada devido aos exaustivos trabalhos nos engenhos de cana; no agreste predominava-se o cultivo da cana, embora houvesse algumas fazendas criatórias ; e no sertão predominam os latifúndios pecuaristas e de cultivo do algodão (principalmente durante a Guerra da Secessão, onde a procura intensificou-se repentinamente). Ambas atividades econômicas do sertão requerem de seus senhores um número reduzido de mão de obra, não sendo necessário, portanto, a compra de escravizados, já que durante os períodos de estiagem seriam “encostos” com pouca serventia. Sendo assim, o elo empregatício com homens livres (mamelucos, pardos ou caboclos) seria mais vantajoso, pois trabalham somente nos tempos de cultivo e colheita (agricultura) e em afazeres com o gado recebendo por seus afazeres uma remuneração ínfima que poderia variar de acordo com a produção anual do latifúndio e com a forma de pagamento firmada.

Para além disto, o homem livre (proveniente dos povos originários) via no sertão a possibilidade de melhores condições de vida, seja por meio de uma aliança de obediência e fidelidade (característica essa de um semifeudalismo que coexistiam na questão das terras brasileiras durante o período colonial e imperial) com o latifundiário, seja por meio das posses de terras além das sesmarias ou destas desabitadas. Guimaraes (1989), aponta-nos que o surgimento das pequenas propriedades no interior brasileiro advém desta luta pulsante entre os grandes latifundiários e a classe desprovida de bens (camponês) que cansado da opressão apossa-se de terras despovoadas em busca de conseguir o seu sustento, como o mesmo indica ao dizer: “ (...) a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra” (1989, p. 113).

É de extrema importância ressaltar que a questão das terras brasileiras nunca foi debatida de forma a se pensar uniformemente a acessibilidade desta ao campesinato, o que se viu foi, originalmente, a terra então como concessão da Coroa portuguesa a homens de confiança ou capazes de torná-las lucrativas (caráter semifeudal de relação) e, posteriormente, no ano de 1850, a Lei de Terras, que inviabilizou a posse pela classe trabalhadora ou escravizada brasileira²⁰. Em

²⁰ A Lei de Terras ou Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850, foi a primeira iniciativa que buscou organizar a privatização das terras brasileiras, assim, as terras antes destinadas por concessão

poucas palavras, a terra sempre foi sinônimo de poder e prestígio, resultando disto a resistência dos desfavorecidos que como intrusos e posseiros²¹ ocuparam solos abandonados pelos seus senhores.

À medida em que a propriedade territorial vai perdendo sua condição original de doação privilegiada, para adquirir qualidades mercantis e converter-se em valor negociável, as ideias da “*colonização sistemática*” ingressam no patrimônio jurídico da classe dos senhores rurais, corporificando-se, afinal na legislação do império. (GUIMARÃES, 1989, p. 111)

O outro indivíduo mensurado que faz parte do campesinato oriundo da economia sertaneja e significativo contribuidor da colonização deste território é o escravizado, consoante o que relata Galliza (1979) e Queiroz (2005), o africano escravizado foi extremamente valoroso no processo de solidificação do sertanismo paraibano, indo na contramão da História tradicional realizada por Joffily (1892), Almeida (1923), Clóvis Moura (1972) e Pinto (1977) nos quais constava pouca/nula e inexpressiva atuação desta classe em zonas sertanejas, porém as autoras citadas abraçando mão de fontes arquivísticas de cunho estatístico nos apresentam um outro panorama no que diz respeito a presença e participação do escravizado nesta região.

Inventários, mapas da população escrava, o recenseamento de 1872 e outros documentos mostram que o número de escravos nos municípios sertanejos da Paraíba, não foi tão restrito como se propalou. Atestam que o escravo foi peça importante na economia da região. (GALLIZA, 1979, p. 83)

Por mais que a necessidade de mão de obra nas lavouras agrícolas do sertão e na pecuária fosse reduzida, isto não alega a ausência deste ser na região, ao contrário ao negro escravizado coube, além das tarefas primárias (agricultura e pecuária), os afazeres auxiliares a essa economia como a construção de cisternas, açudes e poços como também tarefas como sapateiro, carreiro, cozinheiro, ferreiro, lavadeira, pedreiro, costureira etc. Esses dados levantados por Galiza, indica-nos uma desassociação entre a imagem de escravizado tradicional presente na historiografia como agricultor/doméstica e expõe uma perspectiva na qual o escravizado exercia uma profissão específica. Entretanto, declaramos que, em sua

passam a ser obtidas por meio da compra o que impossibilitou as classes mais carentes de ter uma propriedade.

²¹ “A colonização sistemática fundava-se no princípio de que as terras virgens não deviam ser posta aos alcançe das população pobres por preços baixos, a elas acessíveis, porque se assim acontecesse, os homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários”. (GUIMARÃES, 1989).

maioria, estes eram camponeses, ou seja, sua função primordial era o trato e cultivo das plantas, afixando-se nesta tarefa a fundamentação de toda uma classe trabalhadora.

Os números sobre a quantidade de escravizados no Cariri paraibano, durante o século XIX impactam, principalmente, no território de São João do Cariry (ao qual enfocaremos, já que as terras que compreendem a municipalidade de Taperoá localizavam-se pertencentes a esta), visto que segundo os dados coletados por Galliza, no ano de 1850, o número de escravizados na comarca era de 1.535 (dos quais 817 pertenciam ao sexo masculino e 718 ao sexo feminino) e grande maioria destes em faixa etária de trabalho (entre 16-45 anos de idade) o que designa uma eventual atuação destes na região de São João do Cariry.

Durante a segunda metade do século XIX, o número de escravizados decaiu em decorrência de alguns fatores tais como: a seca de 1877-1879; o encarecimento do escravizado devido a lei Eusébio de Queiroz (1850) que punha fim ao tráfico negreiro; o tráfico interprovincial no qual muitos escravizados, em especial homens em idade de trabalho, foram vendidos como mão de obra para a emergente economia cafeeira no sudeste do país; e as epidemias de cólera e bexiga que assolaram a Paraíba no final do século XIX. Fica explícito em inventários pesquisados por Galiza (1979) e Queiroz (2005) que o número de escravizados do sexo feminino foi superior durante as últimas décadas do século XIX, em virtude destes acontecimentos ocorrentes.

Como já dito anteriormente durante, a segunda metade do século XIX, há de ocorrer algumas mudanças com relação a escravidão no império brasileiro (tenha em vista que muito devido a pressão inglesa pelo fim do escravismo e por consequência maior número de assalariados/consumidores). Com a Lei Eusébio de Queirós (1850) iniciou-se um longo período de leis abolicionistas: *Ventre Livre* (1871), *Sexagenário* (1885) e *Áurea* (1888), que afetaram a comercialização de escravizados. Contudo a utilização desta mão de obra não foi descartada, já que negros forros ou libertos não receberam nenhum auxílio governamental ficando de “mão abanando” e vendo na relação semifeudal com o seu antigo senhor a opção rentável de uma vida simplória. Os autores Cavalcante Neto (2014) e Cavalcante (2005) adoçam esta concepção ao apresentarem em suas obras informações referentes ao compadrio e ao batismo de escravizado onde Cavalcante (2013) nos diz:

As relações de compadrio entre famílias inicia-se com o sacramento do batismo, o mesmo possuía o significado de “renascimento espiritual”, por isso os padrinhos agora passariam a exercerem o papel de “pais espirituais”. Este compromisso significava privilégio e deveres de ambas as partes, devendo haver obediência, fidelidade e respeito por parte do afilhado e cuidado sempre que os afilhados precisassem por parte dos padrinhos, estabelecendo-se assim relações entre os compadres. (CAVALCANTE, 2013, p. 06)

Em resumo, utilizando-se do batismo e do compadrio, as famílias negras escravizadas viam na possibilidade de ao obter padrinhos mais abastados para seu filho(a) forro, conceder a ele melhores condições de vida, como também prover uma forma de resistência que vai de encontro às humilhações sofridas pela classe camponesa negra que advinha de três séculos de processo escravocrata.

Retornando a mão de obra negra nos latifúndios da então municipalidade de Taperoá é verificado que muitos foram os grandes latifundiários de renome (Costa Villar e Farias Castro) que constavam com um número significativo de escravizados em suas propriedades. Exemplo disto é a fonte referendada na obra de Josélia Cavalcante Queiroz na qual a autora tomou como fonte os registros de batismo entre os anos de 1849 a 1888, tendo por resultado a informação onde a família Costa Villar ocupante de boa parte das terras a Oeste do rio Travessia/Taperoá, continha um número de 210 escravizados (secenta e nove (69) do sexo masculino e cento e quarenta e um (141) do sexo feminino), durante os anos de 1840-1888, espalhados por nove (09) propriedades rurais que eram respectivamente: Alagoa Queimada, Bonito, Carnaúba, Campo Verde, Cacimba de Cima, Jardim, Pereiro, Sete Estrelas e Volta. Segue os dados coletados pela autora.

Quadro 2 - Levantamento do número de escravizados por sexo, seus Proprietários e Fazendas de Criatório à áreas do atual município de Taperoá (1840 a 1888).

N °	Fazenda	Proprietário (a) ou Família	N ° De Escravos		
			M	F	Total
01	Alagoa Queimada	Costa Villar	03	07	10
02	Bonito	Costa Villar	07	12	19
03	Carnaúba	Costa Villar	18	30	48
03	Campo Verde	Costa Villar	05	06	11
05	Cacimba de Cima	Costa Villar	-	03	03

06	Jardim	Costa Villar	05	11	16
07	Pereiro	Costa Villar	26	52	78
08	Sete Estrelas	Costa Villar	01	02	03
09	Volta	Costa Villar	09	13	22
10	Alagoa do Pinhancó	Firmino da Costa Silva	02	04	06
11	Batalhão	Farias Castro	05	10	15
12	Batalhão	Gustavo Otaviano Alves Pequeno	-	01	01
13	Batalhão	José Mariano Maria de Torres	-	01	01
14	Batalhão	Manuel Francisco de Barros	-	01	01
15	Batalhão	Sulpínio Torres Villar	-	01	01
16	Carneiro	Manuel de Paiva Carneiro Falcão	-	02	02
17	Campo Grande	Correia de Queiroz	08	10	18
18	Campo Grande	Francisco Chavier da Silva	01	01	02
19	Campo Grande	Francisco Malaquias Ribeiro	02	03	05
20	Cosme Pinto	Mariana Beneditina de Torres	05	06	11
21	Colônia	João José Moreira	01	02	03
22	Desterro	Veríssimo José Bezerra	-	02	02
23	Jatobá	Marcionillo Cardoso de Melo	-	01	01
24	Jatobá da Serra	Leandro Gomes Bezerra	-	03	03
25	Jatobá da Serra	Luzia Gonçalves Reis	-	01	01
26	Marcação	Manoella Maria do Nascimento	-	01	01
27	Paraízo	Irênio Villar de Araújo	02	05	07
28	Parelhas	Caetano Telis de Souza Varjão	-	01	01
29	Pitombeira	Bento Ferreira Lima	01	-	01
30	Queitatu	Domingos Ferreira	-	01	01
31	Riacho Escuro	Ana Joana de Jezus	-	03	03
32	Salgado	Manuel Vicente Gonçalves Aires	02	01	03
33	Salgado	Antonio Manuel Alves da Silva	04	04	08
34	Salgado	Maria da Paula de Jezus	-	01	01
35	Serrota	João Batista Correia de Amorim	07	05	12

36	Serrota	Jacinta Augusta de Carvalho	-	02	02
37	Serrota	Domingos da Costa Souto	02	02	04
38	Serrota	Ana Gonçalves Aires	-	02	02
39	Serra do Pico	Frei João de Santa Delfina	02	02	04
40	Serra do Pico	João Saraiva de Araújo	01	01	02
41	Serra do Pico	Antônio Pereira Guimarães	01	-	01
42	Suassuarana	Francisco Félix Villar de Carvalho	01	01	02
43	Salão	Manoel de Souza Rolim	-	01	01
44	Sarapó (Livramento)	Antonio José de Sales	01	01	02
45	Sarapó (Livramento)	Antônio Menino Alves Brito	01	-	01
46	Sarapó (Livramento)	Francisca Alves de Brito	-	01	01
47	Torrões	Thomas Alves Lima	-	02	02
	Total		123	222	345

(Queiroz, 2005, p. 25).

Dados como estes nos apresentam uma vasta dimensão significativa da importância e valência da mão de obra escravizada, que encabeçou o campesinato local entre os finais do século XIX e início do século XX na municipalidade taperoense, visto que, com aumento dos forros, este trabalhador(a) não destinou-se a outros locais de labuta, permanecendo atrelado ao grande latifúndio de seus antigos senhores. Desta maneira o furor da economia algodoeira da década de 1920 e o enriquecimento/prestígio dos latifundiários, foi fruto da exploração desgastante da classe camponesa desta localidade, estabelecida nas figuras do escravizado e do homem livre (forro ou não).

3.3 A grande propriedade, a economia algodoeira e suas relações de produção no município de Taperoá

Como já foi dito nos tópicos anteriores, a produção agrícola paraibana desde os tempos coloniais tem por questões fundamentais: o controle e distribuição das terras e a mão de obra escrava nos campos, estes dois elementos dialogam entre-si na medida em que aprofunda-se a discussão sobre a importância da produção agrícola na economia paraibana. Entretanto, devemos também pensar na localidade

na qual é gerada estas fontes e compreender que assim como uma faca de dois gumes, há o benefício (zona produtora de gêneros de primeira instância que fortalecem a economia local) e o malefício (exploração de uma mão de obra escrava que não se beneficia dos lucros proporcionados pelo latifúndio) que permeiam as grandes fazendas produtoras denominadas de latifúndios.

O surgimento dos latifúndios brasileiros é fruto do sistema de sesmarias vigente durante todo o período colonial, já que com a doação de vastas léguas de terras por parte da Coroa, estes homens (sesmeiros) tinham por obrigação da corte e fidelidade aos donatários o dever de povoá-las e fazê-las render lucros. Porém, Galliza (1979) apresenta-nos, que diferente dos capitães donatários, muitos sesmeiros não tinham condições financeiras (ou não pretendiam) realizar a construção de engenhos para moagem da cana, sendo assim, a alternativa secundária mais viável economicamente (e muitos menos rentável) seria além do cultivo de cana, o auxílio da criação de gado para o transporte de mercadorias e consumo ou comércio de carne e couro.

Devido a necessidade de interiorização ao território colonial e a proibição da pecuária na zona litorânea, gado e colono foram deslocados para dentro da Capitania e ali empreenderam direta e indiretamente a missão monárquica de conhecimento e povoamento dos territórios não explorados, como cita Guimarães, "(...) passam então os currais a ter enorme importância na força econômica da sociedade brasileira, não só como força de penetração mais impetuosa, como, de fato, mais positiva, por seus elementos de fixação..." (1989, p. 67-68). Sendo assim, a estrutura agrária colonial esteve dividida em duas grandes potencialidades: o engenho produtor de açúcar no litoral e as grandes fazendas criatórias no interior das capitanias.

Neste sentido, a grande propriedade privada finca suas raízes no interior paraibano e lá, de maneira distinta ao que acontecia nos engenhos do litoral, estabelece as suas operacionalizações econômicas e sociais com características próprias, tendo na mão de obra um modelo servil com a presença escravocrata e na produção pecuniária uma nova fonte econômica auto rentável. A pecuária como adereço auxiliar dos engenhos ao qual proporciona a força locomotriz nas moedas e o transporte de produtos e pessoas, foi parcialmente separada e endereçada a um novo terreno, o sertão paraibano, está durante o século XVII e afins tornou-se importante para o crescimento social e econômico daquela região contribuindo

também para o cultivo de outros produtos como o caso do fumo, feijão, milho e o algodão.

Com temperaturas mais elevadas e escassez de chuva, o clima do Cariri e sertão paraibano dificulta a produção agrícola de produtos como a cana de açúcar, tendo a agricultura como um todo grande problema em sua efetivação nestas mesorregiões, o que fica evidente na importância dos criatórios, como também no empenho pelo cultivo de produtos agrícolas economicamente lucrativos e resistentes aos longos períodos de estiagem, tendo estas características o algodão.

A lavoura algodoeira é realizada desde os tempos mais remotos no território brasileiro, pois os originários aqui residentes já tinham conhecimento sobre a planta e realizavam o seu cultivo. Os portugueses que aqui atracaram suas naus, de início, não deram grande importância ao produto, como é relatado abaixo:

O algodão, conquanto tivesse sido objeto de traficância no tempo dos franceses, como atesta o caso da nau *La Pélerine*, não mereceu de pronto atenção dos portugueses, porquanto dessa riqueza quase não se fala no período inicial da colonização... Ambrósio Fernandes Brandão dá-lhe o quarto lugar, confinante com a lavoura de mantimento, que era dos pobres. O pouco que se tirava da terra consumia-se em mórão para comunicar fogo às peças de artilharia... (ALMEIDA, 1966, p. 213).

Percebe-se nas palavras de Almeida (1966) que o algodão, no primeiro século de colonização (XVI), não tinha grande valor comercial sendo utilizado como mórão para a artilharia de guerra. Entretanto, o autor apresenta-nos a primeira característica peculiar e notável deste produto que é a sua presença na lavoura dos mais pobres, afinal devido seu cultivo ser de custo irrisório não necessitando de investimentos, será esta semente presente na lavoura daqueles que não tem condições de cultivar a cana de açúcar.

Oriundo do projeto de interiorização e colonização das vastas terras desconhecidas a oeste do Tratado de Tordesilhas²² e com a já apontada apartação dos rebanhos pecuários da zona litorânea, o algodão será pouco cultivado durante o século XVII, sendo produto quase que ausente nas pequenas lavouras do Cariri e Sertão nas quais plantava-se em maior quantidade alimentos de subsistência (milho, feijão, mandioca) e também comerciais como o fumo. Assim, auxiliavam a pecuária estes produtos agrícolas sobrevivem de pequenas áreas plantadas, cuja produção serve para abastecer um simplório comércio local interno.

Acerca do surgimento do cultivo do algodão e sua localidade, reina a

²² Tratado realizado entre as Coroas de Portugal e Espanha no ano de 1494, que traçou uma linha imaginária que demarcava os territórios que poderiam ser colonizados pelas nações.

incerteza, visto que, muitos são os autores que alegam os locais iniciais como nos casos de: Joffily (1892) que aponta à área do bioma caatinga como primeiro local a ser cultivado o algodão; Tavares (1910) apresenta a região do Brejo e a Borburema como locais originários desta cultura e Osório (1959) que fala sobre as primeiras plantações algodoeiras em solo agrestino (Apud, 1979). Em todo o caso podemos afirmar é que na segunda metade do século XVIII, já havia latifúndios produtores de algodão em pequena escala, como expõe Mariz: “Em 1798, já havia lavras regulares e bolandeiras para descaroçar. Estes engenhos eram rudimentaríssimos ... (1939, p. 15).

No despontar do século XIX, ocorre a ascensão do algodão brasileiro e seu impacto direto nas receitas orçamentárias, contudo este acontecimento não seria mera casualidade do destino, mais sim fruto consequencial da revolução industrial inglesa que avistaria no produto brasileiro fonte material para abastecer as fábricas e teares britânicos²³. As receitas orçamentárias da província paraibana, nas primeiras décadas do século, não deixam dúvidas que este produto foi bastante requisitado, o que condicionou ao elevado arrecadamento de impostos que no ano de 1807, era num total de Cr\$29.000,00 e, posteriormente, no anos de 1816-1817, somente com o algodão passa a ser de Cr\$25.668,00 e Cr\$ 45.000,00 respectivamente (MARIZ, 1939).

Estes dados indicam-nos como em tamanha proporção o algodão passará de produto de cultivo auxiliar nas fazendas criatórias no século XVIII para a principal fonte de renda econômica da Capitania da Paraíba no século XIX. Para Mariz (1939), seu cultivo estará localizado nas zonas sertanejas da Paraíba, em razão do litoral ainda permanecer atrelado a cultura canavieira (desde a descoberta de ouro nas região das minas e o fluxo migratório de pessoas para esta região a economia açucareira sofreu com a baixa dos preços, a concorrência com o açúcar antilhano e, paralelamente, com as constantes secas que flagelam os canaviais). Já o algodão por não necessitar de irrigação em abundância e ser mais resistente a temperaturas altas e períodos secos foi logo implantado na região interiorana a qual os vastos hectares ainda eram cultivados de forma rústica na utilização de ferramentas como a enxada e a foice.

²³ Com a “independência do Brasil”, a economia brasileira somente transferia-se de localidade passando de território lusitano, para nação semicolonial britânica, submetendo-se a exportação de matéria prima e importação de produtos industriais.

Uma problemática que envolve a economia paraibana (e engloba o algodão por conjunto) que deve ser observada é o escoamento de produtos para as capitanias/províncias vizinhas, em destaque Pernambuco. A produção agropastoril do interior paraibano era escoada para a praça pernambucana, tendo em vista algumas questões como: melhores preços pagos aos produtos em Pernambuco, falta de navios mercantis, condições de recepção destes no porto da capital paraibana e maior variedade de produtos nos portos pernambucanos o que seduzia o lavrador paraibano, como exemplifica Mariz: “Estava se dando que o Recife atraía os lavradores da Paraíba, praticando-se o contrabando em detrimento de nossa praça e de nossa fazenda” (1939, p. 16). Todas estas condições limitaram a real captação de recursos por parte da Paraíba, o que resulta em não sabermos de fato qual foi a produção total de algodão e quanto seria a receita final caso esta produção fosse toda escoada e recolhida no porto da capital. No entanto, aquilo que nos é disponibilizado já evidencia o quão importante se fez o algodão para o progresso econômico e social da Paraíba.

A segunda metade do século XIX apresentava-se em verdadeiras montanhas russas de altos e baixos com relação ao preço e produção do açúcar na Capitania paraibana. Logo de início é importante verificar qual era o contexto da década de 1860 e por quais motivos este condicionou uma alta procura pelo algodão brasileiro, já que, em virtude da guerra estadunidense da secessão, ao qual o nosso principal concorrente comercial do ramo algodoeiro vivenciava um conflito social entre sulistas e nortistas pela ideia preferível de nação que deveria ser adotada nos Estados Unidos da América. O Brasil beneficiou-se desta problemática para aumentar suas exportações, tendo grande destaque a economia algodoeira que alcançou números expressivos no quadriênio 1864-1867, segundo o que afirma Mariz (1939).

Com o principal produtor comercial fora da concorrência, a busca pela matéria prima em terras brasileiras intensificou-se, como aponta Mariz: “Em 1864 as rendas da província elevaram-se a 594 mil cruzeiros. O algodão que vinha de lograr altos preços em consequência da guerra separatista da América do Norte, entrava aí com a parcela de Cr\$431.818,00.”(1939, p. 19). Entretanto, o furor algodoeiro foi rápido e passageiro, tendo logo, com o fim da guerra e o retorno da produção estadunidense, uma súbita queda na arrecadação algodoeira na década seguinte.

Se por um lado a década de 1860 apresentou uma alta nos preços e

rendimentos com o algodão, nos anos de 1870 percebemos que com o retorno da concorrência, as dificuldades seriam maiores. Além disso, ainda havia a Província da Paraíba de vivenciar uma de suas piores secas da história relatada por Mariz (1939), que iniciou-se em 1877 e perdurou até meados de 1879, levando a fome, a eclosão de doenças, o retirantismo e a inexistência produtiva. Os poucos locais com condições mínimas de sobrevivência recebem grande quantidade de pessoas (principalmente do interior) que buscavam melhores condições de vida. O longo período de estiagem estremeceu a estrutura econômica da Província que já vinha abalada com a queda da arrecadação e do preço do algodão. Em consequência desta situação ocorrente durante toda a história nordestina, emerge no seio político regional a necessidade de medidas que amenizem o impacto das secas na população havendo, com isso, auxílio particular de alguns personagens locais e figuras religiosas como exemplo do Padre Ibiapina e as casas de caridade.

Nas duas décadas finais do século XIX, nota-se um equilíbrio na economia algodoeira do estado paraibano, como também um olhar mais atencioso dos governantes a melhorias que auxiliassem o combate contra as secas e integra-se às zonas interioranas dentro do sistema de rota comercial do estado, assim efetivando a comunicação com a capital. Mesmo com o advento da República (1889), vê-se esta necessidade nas falas dos presidentes de estado como é o caso de Álvaro Lopes Machado (1892-1896 e 1904-1908) que nos primeiros anos republicanos já discursava apontando a necessidade de projetos modernizantes que auxiliassem na economia do estado e contribuíssem para a luta contra as secas.

Mostra-nos a dura experiência a escassez e incerteza dos auxílios federaes e por isto urge cuidarmos das nossas condições econômicas, erguendo em cada município, á custa de nossas próprias forças mingoadas porém patrióticas, o reducto de sua defesa, contra as secas que tanto nos abatem. (DO NORTE, 1905, p. 27)

Com o advento do século XX e a efervescência dos projetos modernizantes a Paraíba vislumbra um ar de progresso, tendo no desejo da concretude das linhas férreas a força locomotriz que irá beneficiar economicamente a renda paraibana, na qual a ligação com as regiões mais longitudinais facilitará o escoamento da produção para os estados vizinhos em especial Pernambuco e tornará mais acessível a comunicação com as municipalidades mais internas do estado. Mariz, ao citar uma fala do então presidente Walfredo Leal que governou a Paraíba de 1905 a 1908, destaca que:

Esperava ele que a estrada de Ferro Central da Paraíba, então criada, fosse incluída no plano geral de viação, em estudo no Congresso da República. Os nossos trilhos prolongar-se-iam autonomamente, além de Campina Grande e através de Taperoá, Patos e Pombal até Cajazeiras, e até Telha no Ceará. (MARIZ, 1939, p. 34)

Com a linha férrea, grandes polos comerciais como Campina Grande e cultivadores de algodão como Taperoá e São João do Cariry, passariam a deslocar suas produções de forma mais prática e rentável, interligando desde o litoral até o sertão todo o estado resultando, por consequência, a redução da famigerada ameaça do escoamento produtivo para a praça vizinha de Pernambuco.

Apesar do trem nunca ter alcançado zonas interioranas do Cariri, este ideal buscava aumentar os lucros oriundo da economia algodoeira que, durante a década de 1910 viu lograr elevados números, mesmo tendo em seu começo um pequeno abalo com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914, na qual o preço do algodão decaiu. Mas, logo rapidamente, em 1916, percebe-se um relativo aumento da renda orçamentária estadual e a valorização do algodão naquilo que podemos denominar como período entre guerras.

Quadro 3 - Renda Orçamentária do Estado da Paraíba (1918-1924)

Ano	Arrecadações do Estado
1918	Cr\$ 6.526.000,00
1919	Cr\$ 5.221.000,00
1920	Cr\$ 6.133.000,00
1921	Cr\$ 5.521.000,00
1922	Cr\$ 7.729.000,00
1923	Cr\$ 14.268.000,00
1924	Cr\$ 11.679.000,00

Fonte: MARIZ, 1939, p. 39

Esta alta verificada na arrecadação dos impostos estaduais é em virtude de uma política tributária mais rigorosa, como também pela elevação do preço do algodão. Este produto foi base econômica da vila de Taperoá, desde o final do século XIX no qual já era possível constatar a existência de latifúndios algodoeiros (que apesar de pouquíssimos trabalharem com o descaroçamento), tinham em seus vastos hectares vários pés cultivados e uma grandiosa colheita.

Tendo em conta o primeiro censo realizado ainda no Brasil imperial, no ano de

1872, podemos destacar algumas informações para a compreensão do modus operandis dos latifúndios nesta região (é importante lembrar que Taperoá-PB neste ano era comarca de São João do Cariri, sendo assim os dados analisados serão correspondentes a jurisdição). Segundo o que consta no censo, São João do Cariri contava com um número de quinze mil cento e treze (15.113) habitantes dos quais quatorze mil quatrocentos e setenta e um (14.471) eram libertos e seiscentos e quarenta e dois (642) escravizados, o que já exhibe a presença de uma mão de obra escravizada, mesmo com as políticas abolicionistas em andamento.

Outro ponto a se destacar dentre as informações recolhidas em 1872 é o número de analfabetos que contava com treze mil trezentos e quinze (13.315) indivíduos em São João do Cariri, o que denuncia o inexistente letramento da comunidade e por consequência o sujeitamento a uma elite letrada e latifundiária, ou seja, a falta de estudos e conhecimentos básicos para os mais pobres e a exploração nas lavouras latifundiárias, onde a maior parte do lucro permanecia sobre o detentor das terras e dos demais meios de produção.

Estes números poucos alteram-se durante as décadas seguintes, como é acompanhado ao debruçarmos sobre o censo populacional, agrícola e industrial, realizado no ano de 1920, em solo brasileiro. Este detalha mais aprofundadamente a situação da vila de Taperoá (1886), da qual tendo um total de nove mil setecentos e quarenta e sete (9.747) cidadãos, somente mil oitocentos e trinta e dois (1832) sabiam ler e escrever, sendo o restante da comunidade sete mil novecentos e quinze (7.915) iletrada. Por mais que estes dados possam parecer não ter correlação com a produção algodoeira nos latifúndios, é necessário compreender que para a elite local a educação não era importante para a sociedade, já que, primeiramente, havia a necessidade de uma mão de obra braçal e não intelectual e, segundo, compreendendo as condições que os rodeiam, o campesinato podia melhor estruturar-se e lutar com mais afinco pela redistribuição ou tomada das terras o que nada era benéfico ao grande proprietário.

No que tange os estabelecimentos rurais em Taperoá, o censo anteriormente citado indica-nos que, na segunda década do século XIX, esta contava com um total de duzentos e oitenta (280) propriedades distribuídas entre as suas diversas comunidades rurais, das quais, em sua maioria, era administrada pelos proprietários, muitos dos quais oriundos das "famílias colonizadoras" dos Farias Castro e Costa Vilar.

QUADRO 4 - Administração das propriedades rurais em Taperoá-PB

Estabelecimentos Rurais recenseados			
Discriminados segundo os seus ocupantes			
Proprietários	Administradores e interessados	Arrendatários	Total
258	10	12	280

Fonte: CENSO 1920, p. 168

Estas fazendas agro-pastoris variam em tamanho, havendo gigantescas áreas de cultivo chegando a 5.000 hectares e outras contendo parcelas menores de 40 hectares, como apresenta-nos os dados recenseados no ano de 1920.

Quadro 5 - Extensão territorial das propriedades rurais de Taperoá-PB

Estabelecimentos Rurais recenseados	
Discriminados segundo a extensão territorial	
Número de estabelecimentos de	Quantidade
Menos de 41 hectares	115
41 a 100 hectares	73
101 a 200 hectares	45
201 a 400 hectares	25
401 a 1000 hectares	12
1001 a 2000 hectares	06
2001 a 5000 hectares	04
5001 a 10000 hectares	—
10001 a 25000 hectares	—
25001 e mais hectares	—

DE ESTATÍSTICA, 1923, p. 168-169.

Apesar de haver propriedade com vastas extensões territoriais, percebe-se que mais da metade do total de propriedades recenseadas tem menos do que 100 hectares (o que é um tamanho significativo se pensarmos no recorte temporal ao qual estamos abordando) e compreendendo que alguns destes proprietários tinham mais de uma propriedade rural na municipalidade, como é o caso do senhor Manoel Carneiro Queiroz que continha três estabelecimentos rurais nas seguintes

localidades: Panaty, Leitões e Alagoa de Onça.

Outro dado importante apresentado sobre as propriedades rurais da vila e que nos diz muito sobre a introdução de aparatos modernizantes neste ambiente é o valor total destes com seus imóveis e, bens arrolados e maquinários, dos quais podemos verificar uma baixa renda com relação aos maquinários e instrumentos agrícolas indicando que, apesar das grandes áreas para a produção agrícola em especial do algodão, havia ainda pouco investimento em máquinas de descaroçá-los e tratores, sendo esta produção feita de maneira braçal e com o utilizo dos antigos instrumentos agrícolas como enxadas, pás, garfos, facões e foices. Isto leva-nos a pensar como o trabalho nessa lavoura era exaustivo e causticante.

Quadro 6 - Valor das propriedades rurais segundo os bens relacionados

Valor dos estabelecimentos rurais recenseados segundo a natureza dos bens arrolados, a categoria dos proprietários e o sistema de exploração rural.			
Valor dos estabelecimentos rurais			
Segundo os bens arrolados			
Terras	Benfeitorias	Machinismo e instrumentos agrários	Total
1.065:222\$	906:750\$	17:190\$	1.98:162\$

DE ESTATÍSTICA, 1923, p. 344.

Com relação a produção agrícola em Taperoá, segundo o que aparenta os dados estatísticos colhidos no ano de 1920, a vila produzia em pequena quantidade produtos de subsistência como milho e feijão dos quais beneficiam-se os comércio local. Já com relação a produção de plantas industriais destaca-se o cultivo do algodão nos quais um total de cento e oitenta propriedades tinham a planta cultivada em sua terra, todas estas geram uma produção de 397 toneladas de algodão em caroço que era escoado para o grande centro campinense onde seria descaroçado e vendido ao mercado externo (em especial para as indústrias têxteis de Liverpool). Além do algodão, outros produtos em escala pouco significativa também eram cultivados como a mamona e o fumo, como segue a quadro abaixo:

Quadro 7 - Produção agrícola nas propriedade rurais de Taperoá-PB

Produção de cereais e outras plantas alimentícias nos estabelecimentos rurais recenseados
--

Plantas industriais		
Produtos	Número de estabelecimentos	Produção (Toneladas)
Algodão (em caroço)	180	397,0
Cana de assucar	—	—
Fumo	3	0,4
Mamona	1	0,1

FONTE: DE ESTATÍSTICA, 1924, p. 69.

Assim, o algodão era o grande produto comercial cultivado nas grandes propriedades rurais da vila, das quais, o latifundiário controlando os meios de produção e, utilizando-se de sua interação de fidelidade com o campesinato, obtinha altos lucros com o produto agrícola e via nele a permanência do prestígio e status social, ao qual havia adquirido controlando as duas dimensões territoriais: o meio rural com o latifúndio e às domínio dos vastos hectares cultivados por algodão e a urbe na qual eram estes latifundiários a representação política e social da vila.

Quadro 8 - Área total e cultivada nas propriedades rurais de Taperoá-PB com seus respectivos produtos.

Áreas cultivadas nos estabelecimentos rurais recenseados			
Plantas industriais			
Produtos	Área total dos estabelecimentos cultivados Hectares	Área total cultivada Hectares	Hectares
Algodão (em caroço)	48 648	489	441
Cana de assucar			—
Fumo			1
Mamona			0,08

DE ESTATÍSTICA, 1924, p. 294-295.

Isso posto, verificamos que os latifúndios algodoeiros localizados na municipalidade de Taperoá já gerenciava, nas primeiras décadas do século XX, grande lavouras nas quais em sua maioria a planta cultivada era o algodão, sendo, por meio desta, que estes obtinham valiosos lucros vendendo suas produções para praças regionais como Campina Grande, como também, assimilamos um investimento ainda retrógrado nos mecanismo de modernização nas zonas rurais

para beneficiamento de algodão como máquinas descaroçadoras (já existiam algumas, porém ainda rústicas e peculiares, como veremos no capítulo a seguir). Por outro ótica a classe camponesa ainda carecia de um olhar fraterno por parte do estado ao qual nas constantes secas eram os mais flagelados e a falta de ensino público os tornavam iletrados, contribuindo para a permanência do trabalho braçal nos grandes latifúndios da elite local, onde era comum se ver o trabalho de homens, mulheres e crianças com pás e enxadas em mãos.

4. A MODERNIZAÇÃO NO CAMPO E NA CIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CLASSE DOMINANTE DO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ

No terceiro e último capítulo desta obra enveredamos sobre a ótica da insurgência dos projetos modernizantes na Paraíba, em especial na municipalidade de Taperoá, na medida em que estes correlacionam-se ou não com o desenvolvimento econômico oriundo das primeiras décadas do século XX. Desta forma, analisaremos como o “ouro branco” do nordeste encaixa-se nos discursos e medidas adotadas pelos políticos locais que, inspirados com o início do milênio e pelos ares progressistas, contemplam nos planos modernizantes uma forma de promover o novo em benefício próprio e conservar o antigo sistema econômico-social baseado na exploração do camponês e nos lucros absurdos proporcionados pelo latifúndio.

4.1 O latifúndio e a sua modernização: açudes, estradas, descaroçadores de algodão

Com o advento de um novo regime político devido a proclamação da República (1889), novos personagens políticos adentraram ao governo que determinava o sistema presidencialista e o federalismo²⁴ como sendo as novas bases da política nacional. Por consequência, em tese após quase quatro séculos, os brasileiros poderiam escolher o líder da nação. Contudo, é importante ressaltar que o direito ao voto era exclusivo para os homens maiores de vinte e um anos de idade que sabiam ler e escrever (alfabetizados), ou seja, uma ínfima parcela populacional participava do pleito.

Para piorar, as eleições nas primeiras décadas do governo republicano eram marcadas pelo autoritarismo desmedido e o controle do sistema através da política

²⁴ O federalismo é um sistema governamental no qual cada estado que compõem a nação tem a sua autonomia e conservação, sendo estas regulamentadas pela constituição federal.

dos governadores²⁵, na qual o coronelismo²⁶ nas pequenas municipalidades arregimentava um grande número de votos ao governo e em troca recebiam benesses desses políticos estaduais. Em resumo, o controle das municipalidades concentrava-se nas mãos de figuras políticas locais coronelistas que aliadas com os políticos estaduais permaneciam no poder por longos períodos, tendo em vista que a própria nomeação para alguns cargos políticos e administrativos era realizada pelo presidente da província, o qual escolhia um membro partidário que deveria continuar zelando pela manutenção da situação nos três níveis de poder (nacional, estadual e municipal). Este exemplo pode ser verificado no estado paraibano com o grupo partidário coligado a figura presidencial de Eptácio Pessoa (chamava-se de epitacismo), enquanto presidente da nação e grande influência política estadual, fomentou a reprodução sequencial de seus aliados no governo, como é o caso do governo João Suassuna (no qual debruçamos com maior ênfase) que coincide com o governo municipal do prefeito Hermann Cavalcanti, foco de nosso recorte temporal e o qual teve a indicação do governo para a prefeitura.

Compreende-se então que a política brasileira era uma complexa teia onde as relações eram construídas entre uma elite econômica que originalmente é produto histórico do seio agrícola/rural, que viu no despontar das cidades a possibilidade de estabelecer suas raízes e ditar a sua influência sobre os habitantes daquele local. Nesta concepção, a urbe em primeiro momento origina-se como apêndice da zona rural, local no qual verifica-se a comercialidade e maior número de habitação residencial. Assim sendo, as noções modernizantes que adentram ao estado no final do século XIX, irão focar de início a zona rural, lavradora de produtos agrícolas que neste época é o sustentáculo econômico do estado e nos quais irá debruçar o discurso político, tendo em vista a necessidade de ampliar a eficiência no combater a duas problemáticas antigas: os constantes flagelos oriundos da seca; e o desvio de mercadorias (em especial do interior) para as províncias vizinhas.

É de conhecimento público que desde os tempos mais remotos a região nordeste do Brasil sofre incessantemente com períodos de estiagem, na quais a falta de água assola o interior do estado e resulta na insurgência de variadas

²⁵ A política dos governadores foi um acordo durante os primeiros anos da República Velha (1889-1930), em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais sem restrições e, em troca, eles faziam uso de seus coronéis e elegiam bancadas pró-Governo Federal.

²⁶ O coronelismo foi um sistema político que ocorreu durante o início da era republicana brasileira que consistia no controle dos votos por influências locais que coagiram seus subalternos a votarem em seus candidatos aliados.

adversidade que vão além da seca como a disseminação de doenças contagiosas, a fome, o retirantismo²⁷, o desemprego e a escassez de produtos. Desta maneira, o novo regime traz consigo as mazelas antes não solucionadas e descritas em discursos políticos como sendo o grande mal, que ao ser combatido tornaria o Nordeste um grande polo comercial de produtos agrícolas proporcionando a sua população condições de vida mais dignas e respostas imediatas que reduzirão o impacto da seca, principalmente na população camponesa que além de mais pobre era a mão de obra braçal que segurava a produção latifundiária.

Não tardou para que o modelo político republicano começasse a entender que a necessidade das obras contra as secas era vital para as províncias nordestinas e que esta solução viesse antecipadamente a contribuir economicamente e depois socialmente, já que, o benefício custeado pelo estado deve contribuir para o bem de sua elite local e seus latifúndios, pensando em segundo plano a comunidade geral em um todo. Dito isto, o primeiro passo foi criar um órgão público responsável por pensar medidas que “amenizassem” o abalo proporcionado pelas secas. Então, no ano de mil novecentos e nove (1909), foi criada a Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) (a mesma mudou de nome para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) no ano de mil novecentos e dezenove (1919) e em mil novecentos e quarenta e cinco (1945) para Departamento Nacional de Obras contra as Secas(DNOCS)). Esta inspetoria logo percebeu que uma atitude paliativa poderia ser a abertura de poços, barreiros e açudes nas municipalidades. Estes iriam auxiliar tanto as grandes propriedades com cultivo de seus produtos, como também, os habitantes da zona urbana que, sem a encanação de água restava o transporte braçal ou animal de baldes de água. O autor Mariz (1939) relata em sua obra que: “Em 1896, com o auxílio de 200 mil cruzeiros do governo federal, Álvaro Machado construiu pequenos açudes na caatinga e nos cariris (Guarabira, Arara, Soledade, Taperoá).” (MARIZ, 1939, p. 24).

A citação acima apresenta-nos o engatinhar das políticas públicas que com o auxílio do IOCS passariam a estipular avanços progressistas no estado vislumbrando um futuro no qual a seca seria um problema contornável e por consequência os rendimentos econômicos entrariam em ascensão com a produção aumentando em larga escala. Uma engrenagem movimenta a outra e neste percurso

²⁷ Os retirantes são pessoas que deixam seu local de moradia devido a situações difíceis como a seca e a fome, buscando um novo território que lhes proporcione uma melhor condição de vida.

o “combate contra as secas” resultaria em boas colheitas que beneficiaria no enriquecimento dos grandes latifúndios como também na permanência do camponês enquanto mão de obra na fazenda, uma vez que, não precisaria se desligar desta terra em virtude das estiagens, tendo no final como maior desfrutador a elite local que permanecia com seu status quo e ainda saíam como os “bem-aventurados” que trouxeram melhorias para a população... é como diz a frase “primeiro eu, depois vocês”.

Nos anos de 1925 e 1926, durante o governo Hermann Cavalcanti, segundo o que consta nos orçamentos municipais registrados no jornal A União, foram gastos a quantia total de 400\$000 mil réis com a abertura e restauração de cacimbas, o que indica-nos uma preocupação do então gestor municipal em preservar essas construções que muito beneficiam o povo sertanejo nos momentos de crise hídrica.

Para além da questão água, constata-se a necessidade de melhores estradas de rodagem no estado, tendo em vista que um dos diversos motivos para o desbalanceamento econômico e o desvio dos produtos para Pernambuco advém das péssimas condições das estradas paraibanas. O interior, por exemplo, era praticamente incomunicável e inalcançável, pois as viagens duravam dias em condições penosas, o que desestimulava o comércio do interior para a capital e, por consequência, a fuga dos produtores para zonas fronteiriças. Este cenário catastrófico fez com que, no final do século XIX e início do XX, o sonho das linhas férreas arrebatassem o coração do sertanejo nordestino e as fumaças do trem já comesçassem a ser avistadas metaforicamente pelos entusiastas do sertão, que com a cultura algodoeira viam a possibilidade do aumento de lucros e do rápido deslocamento do produto para as áreas comerciais. Os trilhos pareciam endereçar cada vez mais para o interior e o entusiasmo era eminente nas figuras públicas de Taperoá. O então prefeito municipal Felix Daltro (1905-1912) conjecturou com bons olhos a possibilidade da linha férrea cortar a municipalidade de Taperoá, o que beneficiaria bastante os produtores locais. Segundo Cavalcante:

Nesse sentido, entendemos que, por esse ano, o trem também passou a ser um objeto de desejo propagado pelo referido prefeito e seus aliados políticos junto àquela sociedade, no sentido de que logo mais estaria a receber uma maquinaria moderna, representação essa que pode ter contribuído para fundar um imaginário social em torno do trem como meio para o progresso. (CAVALCANTE, 2007, p. 24)

Com o fim do governo progressista de Felix Daltro e a pouca atividade dos governos seguintes, o município passou a ser escanteado nas discussões sobre as

linhas férreas, somente vindo a ser mencionado novamente no governo presidencial de Epitácio Pessoa (1919-1922) quando a grande relação com o capital estadunidense muito influenciou ao estado paraibano. Todavia, logo após o fim do governo, não só o município foi esquecido das discussões como também o próprio investimento em linhas férreas foi reduzido, tendo, por consequência, um maior investimento nas estradas de rodagem em virtude do menor custeio e do surgimento dos automóveis.

Restava agora depositar os recursos na reforma das estradas de rodagem do estado, cogitando que ao remodelar essas vias facilita-se-ia o deslocamento de produtos do interior para a capital o que geraria maiores lucros na receita do estado, como também aproximava-se o interior do litoral promovendo uma melhor comunicação entre estes territórios. Durante o governo Hermann Cavalcanti fica perceptível a afinidade do mesmo com o presidente de província João Suassuna (1924-1928), ao qual muito interessava as obras em benefício da municipalidade por conta que o mesmo era casado com Rita Villar (o sobrenome não deixa dúvidas as raízes de sua família com este território) e continha uma fazenda na zona rural Malhada de Onça (atualmente, no município de Desterro-PB), sendo assim, os projetos modernizantes ali executados também eram desfrutados em seu benefício. As informações coletadas no jornal A União salientam a preocupação municipal em construir e melhorar as estradas de rodagem para uma melhor locomoção de veículos e produtos na municipalidade como o próprio Hermann Cavalcanti diz em sua mensagem lida perante o conselho municipal: “Iniciei o quebramento das pedras que defeituam algumas ruas desta vila, entravando a construção de outros edifícios e dificultando o trânsito de veículos.” (A UNIÃO, 1925).

Outros números que também despertam-nos interesse são das aplicações em projetos modernizantes em especial nas estradas de rodagem que está no balancete do ano de 1925 onde consta os seguintes dados:

Quadro 9 - Balancete do município de Taperoá-PB (1925)

Despesa:	Quantia
Iluminação pública (9 meses)	4:069\$000
Limpeza Pública (remoção do lixo e limpeza da vila)	731\$0750
Remodelação de calçadas	6:93\$0\$895

Reparação e conservação de estradas	4:517\$750
Melhoramento da rua 13 de Maio	3:301\$950
Melhoramento da praça João Suassuna	80\$000
Arborização	330\$000
Construção de porteiras	150\$000
Placas para ruas e automóveis	153\$000
Festa inaugural da ponte	1:000\$000

FONTE: A UNIÃO, 1926, p. 02

O quadro acima nos traz informações que confirmam os investimentos municipais nos reparos e construções de estradas de rodagem com o custeio de 4:517\$750 (quatro contos e quinhentos e dezessete mil e setecentos e cinquenta réis), um valor considerável que foi aplicado nas estradas, que beneficiava primordialmente a facilidade do deslocamento dos produtos agrícolas cultivado nos grandes latifúndios. Além disto, outra informação no mínimo curiosa é o gasto com placas para ruas e automóveis num total de 153\$000 (cento e cinquenta e três mil réis). Poderíamos compreender que as despesas ressaltadas dialogam na medida em que a produção agrícola (em destaque o algodão) era escoada das fazendas para a cidade por meio destes automóveis, dali para os grandes centros comerciais. Segundo o que encontramos no Jornal a União no ano de 1926, o município de Taperoá contava com um total de 12 automóveis dos quais relacionando com os relatos obtidos na obra de Terceiro Neto (2002), podemos crer que: “Também possuíam “carros de passeio”, como eram chamados os automóveis: José Genuíno Correia de Queiroz (Capitão Cazuzza), Manoel Taigy de Queiroz Mello, Orlando Queiroz, Liberalino Cavalcanti, João Casullo, Zeca Simões, João Alves Diniz, dr. Abdias Campos.” (TERCEIRO NETO, 2002, p. 146).

É importantíssimo enfatizar que dos homens aludidos por Terceiro Neto, somente Orlando Queiroz, Zeca Simões e Dr. Abdias Campos não continham estabelecimentos rurais, segundo o censo industrial e agropecuário realizado no ano de 1920, o que indica a correlação entre os latifundiários e a concepção de modernidade na imponência das “bestas mecânicas”. Contudo, podemos ainda alinhar a possibilidade destas exceções serem comerciantes locais ou profissionais na área administrativa ou jurídica do município, como aponta a nomenclatura dr (doutor) ao falarmos de Abdias Campos. Em todos os casos o investimento na

construção e reparo das estradas de rodagens não era um mero acaso, tendo a noção que este benefício iria auxiliar os lucros obtidos no transporte das safras de algodão como também nos recorrentes passeios da elite latifundiária em seus veículos pessoais.

Ao falarmos em projetos modernizantes e latifúndios é necessário enfatizar como estes adentram nas grandes fazendas, visto que já compreendemos que estes estão sendo efetuados ao redor dela e em seu autobenefício. Porém, dentro destas a modernização chega a passos vagarosos nas primeiras décadas do século XX, pois, mesmo com as grandes colheitas de algodão, predominava o trabalho ao modo primitivo sem equipamentos avançados e com a utilização de instrumentos manuais, o que em meio ao sol escaldante da caatinga eram trabalhos penosos para a classe camponesa que vivenciava em cada gota de seu suor o enriquecimento de seus patrões e os lucros obtidos com as safras de algodão. O quadro a seguir apresenta como, no início dos anos 1920, as fazendas ainda careciam de investimentos agrícolas mais avançados:

Quadro 10 - Maquinários e instrumentos agrícolas presentes nas propriedades rurais de Taperoá-PB

Machinismos e instrumentos agrários existentes nos estabelecimentos recenseados		
Estabelecimentos onde existem instrumentos agrários		
Instrumento	Número de total de estabelecimentos	Número de instrumentos
Arados	—	—
Grades		—
Semeadeiras		—
Cultivados		—
Ceifadores		—
Tratores		—

FONTE: DE ESTATÍSTICA, 1927, p. 65.

As informações também obtidas no próximo quadro, tem por objetivo apresentar as plantas industriais cultivadas nos estabelecimentos rurais em Taperoá, deixando nítido o valor que o algodão tinha para aquela comunidade, dos quais cento e oitenta fazendas cultivavam os produtos, isto é equivalente a 64% dos

estabelecimentos recenseados naquele ano. No total produziram uma quantidade de aproximadamente trezentos e noventa e sete (397) toneladas, gerando uma média de mais de duas toneladas de algodão por latifúndio o que é uma significativa produção que ainda estando encaroçada era destinada ao pólo comercial de Campina Grande.

Quadro 11 - Produção em toneladas dos produtos agrícolas cultivados em propriedades rurais de Taperoá-PB

Produção de cereais e outras plantas alimentícias nos estabelecimentos rurais recenseados		
Plantas industriais		
Produtos	Número de estabelecimentos	Produção (Toneladas)
Algodão (em caroço)	180	397,0
Cana de assucar	—	—
Fumo	3	0,4
Mamona	1	0,1

FONTE: DE ESTATÍSTICA: 1924 p. 69

Mas, por que não descaroçar o algodão no próprio seio rural? O algodão descaroçado e fibrado era de maior montante, todavia para se realizar esta tarefa era necessário um equipamento específico, pessoas capazes de operar esse maquinário e um maior investimento por parte dos latifundiários na compra dessas máquinas, sendo a maioria delas de fabricação externa (principalmente inglesa). Neste sentido, poucos foram os latifundiários que, durante a primeira metade do século XX, tinham em suas propriedades inventos que pudessem descaroçar o algodão e aqueles que tinham eram maquinários rústicos pouco comparáveis aos encontrados nos grandes centros. Segundo os dados encontrados no Almanak Laemmert do ano de 1926, a municipalidade contava com a quantidade de onze (11) máquinas de descaroçar algodão em posses de: João Casulo, João Casulo Primo, Eneas Gomes Meira, João Nascimento Falcão, Joaquim Amâncio, Jocellino Villar de Carvalho, José Barbosa, José Genuíno Correia de Queiroz, Joviniano da Costa Villar, Laurentino Carneiro e Manoel Taygi de Queiroz Mello.

Assim como na questão sobre os automóveis, retornemos a indagação acerca da relação entre esta elite latifundiária e os processos de moderno tendo em vista que, mais uma vez, aqueles que tinham condições de ter/manter um maquinário

para descaroçar algodão provinha do grande seio rural e que já haviam muito lucrado com as produções anteriores, tendo nos referidos nomes acima figuras como: Jocellino Villar de Carvalho, que obteve três indicações a prefeito nos anos (1918-1924 / 1928-1930) e que também era um grande produtor agrícola; Manoel Taygi de Queiroz Melo, que além de latifundiário também era comerciante local e tem nome carimbado na história municipal; e João Casulo figura de afeição amizade com o presidente do estado João Suassuna, sendo além de proprietário rural também figura política de destaque na municipalidade de Taperoá o qual foi presidente do Conselho Municipal durante o governo Hermann Cavalcanti. O detalhamento por detrás destas figuras públicas nos denotam o quanto existe uma ligação entre o algodão e os processos de modernização, enfatizando o usufruto de uma bem definida elite latifundiária e política da territorialidade a esses disposta.

Sobre estes maquinários o censo agropecuário e industrial de 1920, nos expõe dados mais amplos (tenhamos em vista que as informações acima de são de 1926 e estas próximas são do censo que foi realizado em 1920 então os dados serão divergentes), pois apontam características destes dispositivos modernizantes tais como a força motriz e o sistema das máquinas:

Quadro 12 - Força motriz das máquinas em detrimento do algodão nas propriedades rurais de Taperoá-PB

Beneficiamento do algodão nos estabelecimentos rurais recenseados			
Número de estabelecimentos onde existem machinas de beneficiar algodão.			
Natureza de força motriz	Número de estabelecimentos produtores de algodão	Número de instrumentos	Total
Animais	180	—	3
Hidraulica		1	
A vapor		2	
Elétrica		—	
Outras		—	
Indeterminadas		—	

FONTE: DE ESTATÍSTICA: 1927, p. 326.

Quadro 13- Tipos de máquina de beneficiar algodão nas propriedades rurais de Taperoá-PB

Beneficiamento do algodão nos estabelecimentos rurais recenseados	
Número de estabelecimentos onde existem machinas de beneficiar algodão.	
Sistema de machinas	Quantidade
De serra	2
De cilindro	—
Bolandeira	—
Indeterminado	1

FONTE: DE ESTATÍSTICA: 1927, p. 327

Ambas as tabelas apontam que, no início da década de 1920, segundo o recenseamento, a municipalidade de Taperoá-PB registrava apenas três equipamentos para descaroçar algodão dos quais, um era movido a força animal e dois a vapor. Já com relação a seus sistemas, dois utilizavam de serra e o outro foi qualificado como forma indeterminada. Em resumo, podemos supor que, de 1920 a 1926, a municipalidade acresce de oito maquinários para beneficiar o algodão, o que corrobora com o pensamento proposto sobre a relevância da produção agrícola com seus altos lucros obtidos e a introdução de ideais modernizantes no seio da comunidade local durante esse período.

Portanto, é notório perceber que o moderno e o algodão caminham juntos nesta caminhada dita progressista, onde cada qual ao seu modo, buscam atingir seus objetivos necessitando-se de uma assistência mútua para a concretização de suas projeções, tendo como operador destes símbolos a figura do proprietário agrícola, que, para além de latifundiário e também um político astuto, que vê na aspiração progressista a possibilidade de executar as propostas modernizantes fortalecendo sua imagem econômica e social como um benfeitor para a comunidade local, objetivando como o seu estabelecimento muito se utilizará também dos açudes, estradas carroçáveis, automóveis e maquinários em prol da economia algodoeira.

4.2 A cidade e a sua modernização: ponte, chafariz, luz elétrica e açude

Se em ambiente rural os projetos modernizantes caminhavam em prol do beneficiamento da malvacea algodoeira, na urbe o mesmo tinha a conotação de atrelar algumas possibilidades, tais como: facilitar a velocidade de escoamento de

produtos e pessoas; conectar a municipalidade com outros territórios; alcançar ares citadinos e fortalecer o status quo da elite latifundiária e política.

É com essa mentalidade progressista oriunda de um pensamento europeu que instaura-se, nos finais do século XIX e início do XX, onde idealiza-se uma sociedade que marcha continuamente para frente e que tem nos avanços do conhecimento científico a marca capitular de que a ascensão não teria fim e que o despertar do novo milênio traria consigo um patamar jamais alcançado pela humanidade. Neste anseio, um tanto quanto Kantiano²⁸, a concepção de moderno é um dos pilares que corrobora com o progresso, sendo notório em todo o continente europeu estas mudanças por meio do advento de novas máquinas, da aprimoração dos combustíveis fósseis, do surgimento dos automóveis, do cuidado com o saneamento básico e das transformações urbanísticas. Não tardou para que este pensamento modernizante adentra-se ao solo brasileiro trazido “na mala” dos estudantes e intelectuais que, ao vivenciarem na Europa essa nova realidade buscavam agora executá-la em sua nação. Sobre isto diz Cavalcante Neto:

Tais estudos chegavam ao Brasil por meio dos intelectuais brasileiros que iam à Europa, para estudos ou lazer, ainda antes da proclamação da República. Um centro irradiador desses pensamentos no Brasil foi a cidade de Recife, através da faculdade de Direito que congregava pensadores, juristas, sociólogos e poetas. Almeida (1962) descreve que vários filhos das elites nortistas, inclusive paraibanos, foram colegas na faculdade de Recife entre o final do século XIX e início do XX. (CAVALCANTE NETO, 2007)

Isto posto, capta-se que o ideal progressista já havia irrompido o território brasileiro no novo século e que os projetos modernizantes seriam as flechas deste arco ao qual apontaria em diversas direções. Este furor foi verificado, primeiramente, nas grandes cidades/ capitais, na qual a política local ebulindo de ambições efetivou diversas transformações que alteraram drasticamente o paisagismo local e vida de alguns cidadãos, como exemplo de projeto modernizante, aponto o movimento bota-abixo ocorrido no Rio de Janeiro (capital do Brasil naquele momento), que por um lado transformou o centro da cidade abrindo amplas avenidas na qual pode instala-se o tráfego de veículos e a linha férrea dos bondes, mas que também, desalojou diversos moradores de classe baixa que observaram seus cortiços sendo demolidos sem nada poder fazer, o qual não tendo mais um teto para alojar-se e não podendo transitar pelo centro restou-lhe os morros como local escanteado e

²⁸ Segundo Immanuel Kante (1724-1804), o ser humano deve agir e pensar segundo a sua própria vontade objetivando alcançar os seus anseios pois, esse seria o caminho em busca do tão sonhado progresso e uma ruptura com visão religiosa de destino.

segregacionista. O ideal progressista, logo de imediato, não deixava dúvidas que as alterações seriam da elite para usufruto da mesma, podendo beneficiar-se em menor potência os demais indivíduos da sociedade.

Na municipalidade de Taperoá-PB, os traçados para o vislumbre de uma possível efetivação dos adereços modernizantes teve início com o governo de Joaquim Félix Daltro Cavalcanti, intelectual e jurista que durante o governo do presidente do estado Álvaro Lopes Machado (1892-1896/1904-1908) foi indicado para o cargo de prefeito municipal (o mesmo já residia em Taperoá e trabalhava em sua função judicial) durante dois mandatos seguidos que decorreu-se de 1905 a 1912. Neste tempo, Felix Daltro instigou a política local para a realização de algumas providências que viessem a modernizar a municipalidade afastando aquele aspecto de retrógrado que havia, tendo como sua primeira ação a mudança da nomenclatura do município de Batalhão para Taperoá no primeiro ano de governo. Segundo o que relatam autores como Terceiro Neto (2002) e Cavalcante Neto (2007), o nome batalhão nada entusiasmava os locais e reproduzia uma ideia de conflito, já a designação Taperoá, é histórica pois advém da fala nativa tupi e expressa o vínculo daquela terra com o seu principal curso d'água onde originou-se a urbe.

A mudança de nome seria a primeira de outras colocações modernizantes que aludia o então prefeito municipal, tendo por destaque o empenho na luta pela efetivação do projeto da linha férrea que penetraria a vila (assunto ao qual foi tocado no tópico anterior), este que não saiu do papel. Outra medida modernizante tomada pelo prefeito foi a construção de um novo cemitério público, tendo em vista o boom dos discursos sanitaristas e a crença em miasmas e doenças transmissíveis que deslocam-se pelo ar. A proposta de Félix foi uma maneira de acabar com o cemitério dentro da cidade localizado ao lado da atual capela de São Sebastião (na época igreja matriz de nossa senhora da conceição, que foi construída a mando de padre Ibiapina em 1964 e junto com uma capela de taipa, a qual foi reformada em alvenaria anos depois), visando assim combater a proliferação de doenças e fortalecer o discurso sanitaristas.

O governo Félix Daltro empenhou-se com afinco para propor mudanças que adequam-se a pequenina vila de Taperoá aos novos padrões urbanos que efetuavam-se em todo o Brasil, contudo após seus dois mandatos, a vila vivenciava um tempo de estagnação sem quaisquer grandes projetos modernizantes que

viesses a impactar a economia local e o cotidiano dos cidadãos, tendo o retorno deste pensamento progressista somente no governo de Hermann Cavalcanti que, durante os anos de 1925 a 1928, concretizou grandes projetos para a cidade tendo como destaques: a construção da ponte de cimento armado sobre o rio Taperoá, a edificação dos chafarizes públicos, a implantação da iluminação pública na urbe e a construção de uma singela casa de saúde.

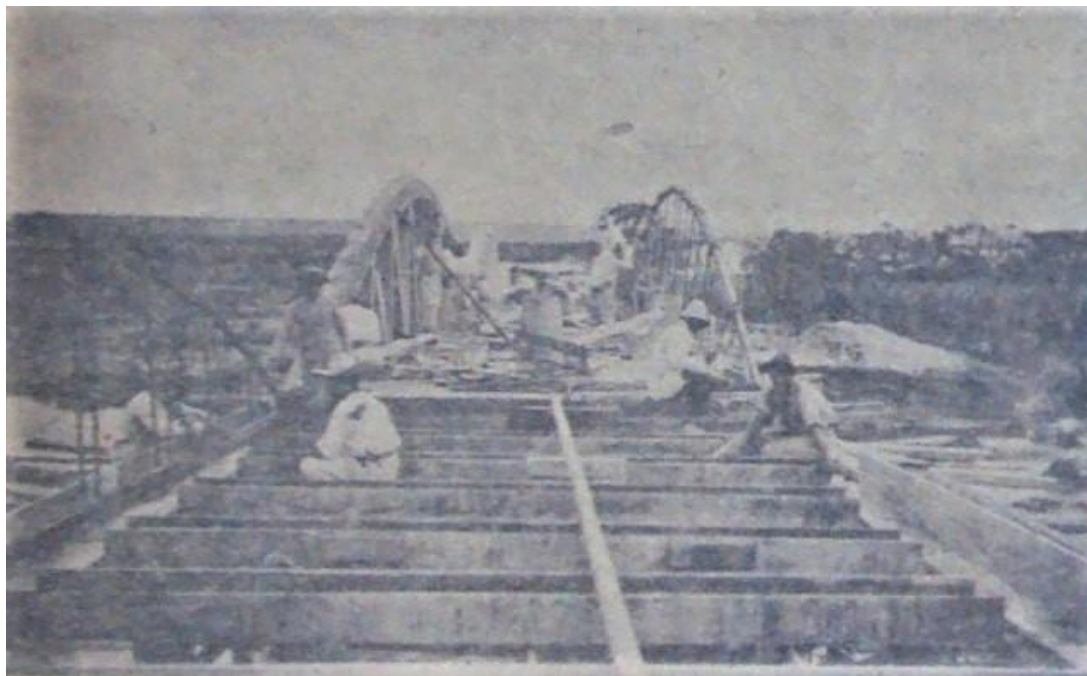
Foi durante o governo presidencial de Epitácio Pessoa (1919-1922) que os investimentos a região nordeste (em especial a Paraíba) intensificaram-se com a anuência do capital estrangeiro, tendo a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) a auxiliadora que prestaria os serviços capazes de amenizar os flagelos ocasionados nos longos períodos de estiagem, bastante comum nesta região. Durante o governo Epitácio, a obra da ponte de concreto armado sobre o rio Taperoá foi aprovada e teve sua construção iniciada, todavia logo findou-se o seu mandato e as obras foram paralisadas cabendo então a responsabilidade do governo estadual na figura de João Suassuna com o auxílio de Rodrigues Ferreira, chefe do 2º Distrito de Obras Contra as Secas, o retorno da construção dois anos depois. Em sua mensagem lida para a assembleia legislativa, Hermann diz o seguinte:

(...) dos nossos eminentes patrícios e conterraneos que se têm distinguido pela ilustração e inegado civismo, dentre os quaes convem salientar, reverentemente o nome do dr. João Suassuna, a quem este município deve e ainda espera dever incançavel somma de beneficios, destacando-se dentre elles o grande reservatório d'água potavel, já canalizada para dentro da villa; o ramal da estrada de rodagem ligando Taperoá a estrada real que vae de Campina Grande a Patos; e a magestosa ponte de cimento armado sobre o rio Taperoá, serviço que soffreu solução de continuidade por motivo de paralyzação das obras contra as sêccas, mas que agora foi reencetada com grande vontade de concluí-lo pelo dr. Rodrigues Ferreira, digno chefe de districto de obras contra as sêccas, deste estado. (A UNIÃO, 1925, p. 2)

Na mensagem escrita pelo prefeito municipal e lida a assembleia fica explícito a empatia que a elite política tinha por João Suassuna e as possibilidade que avistaram desta aliança, como não por acaso, o retorno das obras da ponte que ao finalizada assegurariam para a localidade uma nova entrada, maior facilidade para a entrada e escoamento de produtos comerciais e facilidade de contato com as cidades circunvizinhas. Neste sentido, mais do que somente cimento e ferro, a “ponte velha” (nome ao qual é reconhecida hoje e está em estado inutilizável) foi a menina dos olhos da sociedade cidadina de Taperoá, que via na ponte o início de uma série de projetos modernos que aspiravam uma guinada econômica e social

para o município.

IMAGEM 1: Construção da ponte de cimento armado.



FONTE: Recorte de umas das fotos contidas no jornal A União, onde mostra-nos os trabalhadores durante o processo de edificação da ponte . (A UNIÃO, 1925)

Muito além de uma ponte, o dia de sua inauguração vinte e três de maio de 1925, (calhou de coincidir com a data do aniversário do ex presidente Epitácio Pessoa o que tornou-se uma dupla alegria), foi um verdadeiro festejo para os cidadãos que aguardavam com ansiedade durante todo o dia a chegada da comitiva real trazendo o presidente da província, ocorrendo-a próxima ao pôr do sol, quando os automóveis despontaram a vista da multidão que ali aguardava. Às 17h40 entrava na vila a comitiva formada por João Suassuna, Rodrigues Ferreira, Rômulo Campos (engenheiro do Ministério da aviação) e alguns aliados políticos, tendo a sua espera a banda local e de São João do Cariry, alunos do instituto São Sebastião e a elite política com o juiz Genésio Lustosa. O evento teve início com o discurso do mesmo e de outras figuras como Suassuna e Ferreira, no qual destaco a seguinte fala inserida no jornal a União: “A ponte que ia entregar ao tráfego não interessava somente ao município beneficiado, se não também a todas as regiões circunvizinhas, que iriam aproveitar grandemente com a facilitação do seu intercâmbio commercial e agrícola.” (A UNIÃO, 1925). Ao final de todos os discursos

foi cortada a fita auriverde que impedia o trânsito naquela ponte.

Ainda sobre esta solenidade, há alguns pontos a serem acentuados: primeiramente, o destaque que a imprensa jornalística deu a inauguração na qual estampou-se em primeira capa do jornal a União com o título em negrito e letras garrafais, “ A INAUGURAÇÃO DA PONTE E DA LUZ ELÉTRICA EM TAPEROÁ”, contendo também um detalhado relato dos eventos que ali ocorreram e três fotografias que são respectivamente: foto da ponte ainda em construção (1), desta em sua concretude final vista do ângulo de quem está no rio taperoá (2) e da mesma durante o evento de inauguração com as pessoas e dois caminhões GMC carregados com um total de 17 toneladas de algodão (3). Destas, a terceira foto talvez seja a mais instigante e diz-nos muito sobre a correlação entre progresso e economia / moderno e algodão, pois estacionar os dois automóveis sob a ponte durante a inauguração não foi mero acaso e sim um apontamento a respeito de como Taperoá é um grande centro produtor de algodão e a serventia fundamental da ponte que é o escoamento do alto número de fardos de algodão encaroçado dos latifúndios em direção a cidade e de lá para os polos comerciais.

O beneficiamento direcionado a economia algodoeira não era somente um apreço da elite taperoaense, mas também interesse dos líderes governamentais em expandir o cultivo da planta a qual rendia valores significativos na economia do estado paraibano, tanto que a mesma investiu em fazendas de semente que tinha por função a produção de sementes de algodão selecionáveis que eram distribuídas entre lavradores locais dos grandes polos cultivadores, no qual, segundo o que relato João Suassuna em mensagem presidencial do ano de 1927, foram distribuídas 1587 kg de sementes das quais a municipalidade recebeu 105 kg, a segunda maior quantia, expondo como o estado percebia a valiosa produção de algodão na localidade. Isso posto, fica evidente o quanto o algodão era peça chave nos lucros e como os projetos modernizadores na vila de Taperoá tinha por confluência o desenvolvimento produtivo desta em larga escala e seu rápido escoamento.

IMAGEM 2: Capa do Jornal a União relatando edificação da ponte e luz elétrica em Taperoá-PB.



FONTE: Capa do Jornal Paraibano A União, onde destaca-se os processos modernos realizados na municipalidade de Taperoá-PB. (A UNIÃO, 1925)

Ao lado da ponte inaugurou-se junto os chafarizes públicos, fruto também das obras contra as secas no governo João Suassuna, esta construção tinha por finalidade fornecer água para os moradores locais, ambulantes e animais que ali passassem, sendo a água encanada que vinha do açude público por tubulações que passavam por cima da ponte em direção aos chafarizes. Esta obra muito beneficiou os cidadãos, visto que a facilidade para o abastecimento de água para as suas residências foi facilitado, não tendo grandes trabalhos de ir buscá-la no reservatório. A ponte e o chafariz eram símbolos do moderno que instalava-se de vez no singelo município e marcas comuns de um processo que visa estabelecer aquele território como um grande pólo algodoeiro que deve ostentar a marca do moderno.

Após ser inaugurada a ponte, os representantes políticos estaduais e locais junto de toda a população que assistia ao evento se direcionaram para a usina elétrica, local onde seria ligado pela primeira vez a iluminação pública da cidade. Sobre isto o prefeito Hermann Cavalcanti já devotava seu anseio trazer as luzes para as noites escuras da cidade ao dizer em mensagem ao Conselho Municipal

que:

Esta villa não tem iluminação pública como é do conhecimento de v. exc., porem, já tenho dado os passos necessários para dota-la com esse melhoramento imprescindível, o qual pretendo inaugurar até fins de janeiro do próximo futuro anno. Para isso ja se acha comprando em Recife, esperando despacho para Campina Grande, o motor electrico que há de distribuir pelas ruas desta villa 3.240 velas de iluminação publica. (A UNIÃO, 1925, p.01)

Esta pretensão predisposta pelo prefeito na mensagem de 1924 foi realizada neste evento do ano posterior, na qual às 18h15 a chave principal foi acionada por João Suassuna que assim embelezou as principais ruas e praças, proporcionando as antigas noites escuras o brilho intenso das luzes que “expeliam” a ideia de progresso. Neste sentido, a vila modernizava-se com a instalação das luzes elétricas que trariam em certa medida um aspecto urbanístico ao qual inexistia até determinado momento e apresentava uma repaginação estrutural da cidade. Assim os projetos modernizantes foram efetuados visando: a ponte que iria interligar a comunicação com outras localidades sendo também uma bela entrada para a cidade com vista para a igreja matriz; o chafariz que dotaria o território de água encanada não precisando do antigo deslocamento para barreiros e açudes e a luz elétrica que iluminaria as ruas e concedia o pleno funcionamento de estabelecimentos durante o período noturno e uma maior segurança aos residentes. Todas estas conquistas do governo Hermann são ressaltadas pelo então presidente do estado, João Suassuna, que, ao discursar na usina elétrica, menciona que: “O sr. dr. João Suassuna, ratificando os conceitos do orador, encareceu a coragem e a capacidade de trabalho do sr. Hermann Cavalcanti, correligionário digno, e a quem os taperoenses deviam prestar todo apoio”. (A UNIÃO, 1925).

O evento do dia 23/05/1925 seguiu seu decurso e logo após a ligação da iluminação pública, Suassuna e seus correspondentes seguiram para a morada de Genésio Lustosa, onde lá houve o banquete em uma mesa composta por grandes figuras da elite tais como: João Suassuna, dr. Julio Lyra, Rodrigues Ferreira, Hermann Cavalcanti, Jocellino Villar, Ruy Carneiro, dep. José Pereira (Zé Pereira), Genésio Lustosa, Emílio Alcoforado, Antonio Bôtto entre outros (A UNIÃO, 1925). Após o jantar houve um baile na casa do senhor João Casulo, o qual adentrou a madrugada.

No dia seguinte pela manhã, ocorreu um singelo ato de entrega de lembrancinhas aos operários que muito empenharam-se na edificação da ponte,

este presente foram fotografias autografadas pelo presidente João Suassuna aos seguintes operários: Germiniano Limeira, Josué da Silva, Alípio Gouveia, Jorge Vidal, Emílio Alcoforado, Eustachio Dias, Antonio Brum, Francisco Pereira, João Cícero de Souza, Manuel Ferreira, Severino Pereira, Benjamin Lopes, João Silva, João Lopes e Severino Barbosa. (A UNIÃO, 1925). Sida feita a homenagem ocorreu o teste de solidez da ponte estacionando os dois GMC carregados de algodão como apresenta a imagem a seguir.

IMAGEM 3: Teste de solidez da ponte de cimento armado.



FONTE: Recorte de umas das fotos contidas no jornal A União, onde exhibe o teste de solidez da ponte em cimento armado. (A UNIÃO, 1925)

É importante voltarmos o nosso olhar atento a pensar como a sociedade era representada na então cerimônia e qual a sua real importância e participação no processo de modernização ao qual a municipalidade vivenciava, peguemos por referência foto acima e o parágrafo escrito anteriormente. A foto apresenta-nos um cenário onde a população estava aglomerada em uma das extremidades da ponte, atenta aos automóveis que carregados de algodão, além destas existem três sujeitos que estão na parte inferior também com seus olhos voltados a magnitude da cena, todavia, há de nos perguntarmos: que são estes? Como iriam beneficiar-se da estrutura de cimento armado perante os seus olhos? O projeto signo do moderno era para o seu usufruto? Com relação a essas perguntas temos que ter em vista por mais que as obras venham beneficiar prioritariamente uma elite agrária e um sistema econômico ela não perpassa inerte as camadas mais singelas e as mesmas também não são passivas a estas, ou seja, a população sim receberá o moderno e aproveitar-se-á a seu modo em seu cotidiano.

A foto correlaciona-se com o parágrafo transcrito anteriormente, tendo em vista que, o teste de solidez da ponte é feito no segundo dia do evento, cabendo o primeiro o destaque aos discursos políticos, os enaltecimentos aos figurões e a evocação do trabalho político na região, não havendo menções ao nome dos profissionais que em meio ao sol quente construíram aquela estrutura. Isto somente veio ocorrer no segundo dia do evento já em seu final, quando Suassuna e os demais representantes políticos entregam lembrancinhas aos trabalhadores locais (aqueles que representavam a população taperoaense no evento) como forma de reconhecimento pelos serviços prestados. Mas, por quê somente referir-se ao mesmo no final do evento? Por que não no primeiro dia? Qual é o sentido de tal distanciamento temporal? Essas dúvidas me fazem compelir hipóteses acerca de como o próprio evento decorreu de uma maneira a priorizar a classe dominante e recantear a população local, seja pelo discurso ou ações, o que indica-nos uma representação política despreocupada com a real importância dos projetos ali edificados que seria a o benefício e usufruto social.

Mais tarde, aproximando-se do pôr do sol, outras duas atividades realizadas pelo presidente do estado merecem ser analisadas. A primeira trata da visita do mesmo ao açude público, este projeto que foi conquistado ainda durante o governo federal de Epitácio, foi concluído no governo estadual de João Suassuna, o qual era responsável pelo abastecimento aquífero da municipalidade e fazia correr suas águas para dentro da vila pelas tubulações que chegavam ao chafariz. Este açude muito foi de valência para a comunidade tendo em vista que poços e barreiros eram em grande maioria de propriedade privada havendo um limite de acesso e ocasionando conflitos pela água em momentos de estiagem, sendo a construção desse açude uma benesse que carecia aquela municipalidade para a sua prosperidade.

IMAGEM 4: Antigo chafariz localizado próximo a ponte de cimento armado



FONTE: Imagem do antigo chafariz (atualmente sede da banda de música filarmónica), na qual observamos pessoas com seus animais de carga vindo a busca por água. Ao fundo da imagem conseguimos observar um dos arcos da ponte em Arte Déco.²⁹

O evento que durou dois dias foi concluído pela noite quando aconteceu o sarau literário e já pela manhã do dia seguinte (25/05) o presidente do estado João Suassuna, seguiu sua excursão rumo a sua propriedade rural no sítio Malhada da Onça acompanhado de Julio Lyra e do comandante Elyσιο Sobreira.

Então ponte, chafariz, luz elétrica e açude público formavam os quatro elementos primordiais que foram símbolos do moderno implantados no governo Hermann Cavalcanti com a permissão de João Suassuna, ao qual é imprescindível relacionar que embora as mesmas tenham sido usufruídas por toda a comunidade e ascendeu Taperoá uma nova realidade social e econômica, estas também são convenientes a uma elite que vê no ideal progressista meios pelos quais tirem proveitos em favor da agricultura algodoeira e seu ímpeto financeiro durante a segunda metade do século XX. Esses projetos modernizantes impactaram claramente o desenvolvimento financeiro da villa, no qual consta registrado o exemplo das receitas estaduais no triênio (1924-1926) o qual o sr. Francisco Neves, administrador da Mesa de rendas de Taperoá, apresentou números ascensionais com relação à quantia arrecadada.

**Quadro 14: Receitas estaduais no triênio (1924-1926) referentes à
municipalidade de Taperoá-PB.**

Exercício	Trimestre				Total
	1º	2º	3º	4º	
1924	8:065\$000	7:134\$037	12:083\$184	20:031\$287	47:313\$508
1925	6:099\$375	12:537\$246	17:461\$527	14:346\$397	50:444\$545
1926	14:402\$300	16:092\$183	12:761\$160	24:045\$124	67:300\$767
Somais de totaes 165:058\$820					

FONTE: (A UNIÃO, 1927)

Ao nos debruçarmos sobre a tabela perceberemos como cresce significativamente nos anos de 1925 e 1926, num total de mais de 20:000\$000 em comparação ao ano de 1924, como também, outro apontamento que deve ser

²⁹Imagem disponível em:

<https://taperoa-vip.webnode.com.br/images/200000068-5a49e5a940-public/antigo+chafariz.jpg?s3=1>

refletido e o dobro da arrecadação do 1º trimestre para o 2º trimestre (lembrando que neste ocorreu a inauguração da ponte e luz elétrica em Taperoá) e o mesmo ocorrendo do segundo para o terceiro trimestre. Seria essa próspera coleta consequência das instalações realizadas naquela localidade? É complexo afirmar piamente que sim, todavia não podemos descartar a hipótese tendo em vista que este moderno visa o apelo comercial do algodão, o “ouro branco” do sertão o qual durante o armistício foi bastante procurado por nações europeias e asiáticas que necessitavam do produto devido a baixa produtividade no pós-guerra.

Dito tudo isto, fica evidente que os projetos modernizadores auxiliados pela inspetoria de obra contras as secas, operam em âmbito estadual para propor uma melhor capacidade de lutar contra os períodos de estiagem promovendo também a melhor circulação de produtos comerciais dando ênfase a produção algodoeira a qual o estado paraibano muito beneficiou-se com estes investimentos e enxergando a potencialidade de Taperoá como grande produtora da malvácea a qual contemplada com estas marcas contemporâneas entraria de vez na rota comercial do estado no qual seus rendimentos deveriam escoar com maior velocidade e facilidade para outras praças como também o seu cultivo nos grandes latifúndios que foram beneficiados com a melhoria de estradas carroçáveis e reparo de barreiros e pequenos açudes. Os sinais do moderno tão desejados no início do novo milênio por figuras políticas como Felix Daltro estavam mais do que nunca enraizados na municipalidade a qual não somente vislumbrava com grande furor as obras “faraônicas” que não eram somente vistas, como também, sentidas no mudar do cotidiano e na economia latente que crescia com um maior contato com as municipalidades circunvizinhas e as constantes entradas e saídas de algodão enfardado pela formosa ponte de cimento armado sob as águas resplandecentes do rio Taperoá.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho realizado por meio de um olhar historiográfico teve por intuito analisar e compreender a relação algodão e moderno na municipalidade de Taperoá, indo de encontro desde os tempos mais longínquos pela concentração de terras e formação da classe camponesa, e como estes dois aspectos influenciam a realidade local de produção, na medida em que se perpetua a relação presente no latifúndio entre elite agrária (latifundiários) e classe trabalhadora (campesinato). Esses personagens rurais são os mesmos que dão as cartas no jogo político em Taperoá-PB usufruindo de seu papel de destaque para propor medidas modernizantes que possam em primeiro lugar proporcionar-lhes uma maior lucratividade com o “ouro branco” do sertão e estando em segundo plano o benefício a sociedade taperoaense.

Nesse sentido ao focar no segundo capítulo do trabalho: a relação de terras e a formação da classe camponesa, exploro enfatizar como estes são aspectos preponderantes na produção algodoeira, está que será a principal causa para a edificação dos projetos modernizantes que inicia-se pelo sonho tão almejado do trem (durante o governo Félix Daltro (1905-1912)) e se concretiza por meio da ponte em arte decó, luz elétrica, e chafariz (durante o governo Hermann Cavalcanti (1925-1927)), aspectos que trouxeram ares citadinos ao território caririzeiro, como também, alavancaram os lucros de uma elite agrária que também compunham os grupos estadistas (contidos no terceiro capítulo).

É por meio da significativa produção algodoeira de Taperoá-PB, e sua estreita relação com o então presidente de província João Suassuna que a municipalidade experimenta o advento da modernidade e por meio dela exerce a correlação com a economia, visando uma alta lucratividade pela facilitação do escoamento da malvacea. Averigua-se também, que a sociedade não está inerte aos acontecimentos e busca beneficiar-se das inaugurações da tríade luz elétrica-ponte-chafariz, que será de grata relevância ao cotidiano dos citadinos que aproveitar-se-ão dos adornos da modernidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Érika Catarina De Melo. **"Sabe bem pisar o chão!"**: dinâmicas territoriais e tradição de conhecimento entre as Cambindas, Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2015
- A UNIÃO, Parahyba: ano 33, n. 26, 3 de fevereiro de 1925.
- A UNIÃO, Parahyba: ano 33, n. 118, 31 de maio de 1925.
- A UNIÃO, Parahyba: ano 35, 19 de março de 1926.
- A UNIÃO, Parahyba: ano 36, n. 37, 15 de fevereiro de 1927.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1966.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In. BASSANEZI, Carla, PINSKY, J. org. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 23-79, 2005.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro**. IN. BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **As relações de compadrio na Vila de Batalhão: Um estudo dos escravizados forros e libertos entre 1870 e 1872**. ANPUH, 2013.
- CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **Taperoá: Apontamentos para a sua história**. História dos municípios paraibanos. Vol. 2. Campina Grande-PB: EDUFPG, 2014, p. 75-109.
- CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **Transformações Urbanísticas e Representações Modernas: A cidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX**. I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. **Brasil e Portugal: Nossa História Ontem e Hoje**, p. 01-15, 2007
- BARROS, José D' Assunção. **Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica**. Mouseion, v. 1, n. 12, p. 129-159, 2012.
- DE ESTATÍSTICA, Brazil Directoria Geral. **"Recenseamento do Brazil em 1872."** (1874).
- DE ESTATÍSTICA, Brazil Directoria Geral. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920** . Volume III (1º Parte). Typ. Da Estatística, 1923.

DE ESTATÍSTICA, Brazil Directoria Geral. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920** . Volume III (2º Parte). Typ. Da Estatística, 1924.

DE ESTATÍSTICA, Brazil Directoria Geral. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920** . Volume III (3º Parte). Typ. Da Estatística, 1927.

DE ESTATÍSTICA, Brazil Directoria Geral. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920**. Typ. Da Estatística, 1928.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888**. Editora Universitária/UFPb, 1979.

MEDEIROS, Coriolano de. **Diccionario chorographico do Estado da Parahyba**. Imprensa Official, 1914.

DO NORTE, Parahyba. **Mensagem apresentada à assembleia legislativa**. Imprensa oficial. 1905.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro Fontes históricas como fonte**. In. BASSANEZI, Carla, PINSKY, J. org. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 09-22, 2005.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio de Rodrigues, 1892.

LIRA NETO, José Batista de et al. **A política de modernização da produção algodoeira na Paraíba: progresso, trabalho e dependência (1935-1960)**. 2019.

LOBO, José Guimarães. **Taperoá - Paraíba**. Coleção de Monografias. Nº 234. Serviço Gráfico do IBGE, 1961.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. " A União editora," J. Pessoa, 1939.

OLIVEIRA, Izabelle Mayara Ramos. **A Cidade de Taperoá e a Higienização Social: O caso da Zona de Meretrício (1936-1939)**. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Federal de Campina Grande, 2011

OLIVEIRA, Izabelle Mayara Ramos. **A Cidade de Taperoá e o processo de higienização social: Liberdade, um bairro marcado pela segregação e marginalização (1940-1980)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

PEREIRA, William Eufrasio Nunes. **Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande-PB: do gado (século XIX) ao algodão (século XX)**. **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 2, 2016.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Parahyba**. 2 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1977.

QUEIROZ, Josélia Araújo Cavalcante. **Escravidão para além do engenho: práticas e vivências em Taperoá-PB (1840-1888)**. Monografia (Especialização em Curso de especialização em História do Brasil) - Universidade Estadual da Paraíba, 2005.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá: crônica para a sua história**. João Pessoa: UNIPÊ, 2002

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WU, Stephanie Huo Ming. **A reforma agrária no período clássico da Roma antiga**. 2017.